



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2T2025





Sobre o Banpará

O Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará) é uma Sociedade de Economia Mista, organizada sob a forma de banco múltiplo. Criado desde 1959, tem como missão criar valor público para o Estado do Pará, como um banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas.

O Banpará está presente em todos os 144 municípios paraenses, dispondo de um portfólio de produtos e serviços financeiros disponíveis aos seus clientes e usuários e participa de diversos programas, projetos e iniciativas da administração pública, oferecendo soluções personalizadas que auxiliam no atendimento às demandas sociais, como agente financeiro oficial do Governo do Estado.

Diretoria





Mensagem da Administração

Caro leitor,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, referente aos resultados do 2º trimestre de 2025 – 2T2025, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Dentre os resultados do período, destaca-se que o Banco, no 2T2025, registrou um lucro líquido de R\$ 67,64 milhões, um aumento de 16,65% quando comparado com o 1T2025.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de Central de Resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. Boa leitura!



Destaques 2T2025

Desempenho Financeiro

Lucro Líquido

R\$ **67,64** milhões

Patrimônio Líquido

R\$ **2,23** bilhões

Ativos Totais

R\$ **19,51** bilhões

Receitas Totais

R\$ **994,75** milhões

Captação Total

R\$ **16,26** bilhões

Indicadores



ROA
1,58%



ROE
13,75%

Carteira de Crédito



R\$ **15,33** bilhões

Pessoa Física

R\$ **14,50** bi

Pessoa Jurídica

R\$ **0,83** bi

Crédito Consignado

R\$ **11,09** bi

Crédito Imobiliário

R\$ **1,36** bi



Cenário Econômico



PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÔMICOS

	2T2025	2T2024	2T2023
IPCA (acumulado em 12 meses)	5,35%	4,23%	3,16%
INPC (acumulado em 12 meses)	5,18%	3,70%	3,00%
Taxa Selic Over (a.a) – efetiva	14,74%	10,40%	13,65%
CDI Over (a.a) – efetiva	14,74%	10,40%	13,65%
Taxa de Juros TJLP (a.a) - efetiva	8,65%	6,67%	7,28%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil



CENÁRIO INTERNACIONAL

- O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou uma atualização, em abril de 2025, de seu relatório *World Economic Outlook Update* (WEO)¹, onde reviu a estimativa de crescimento do PIB global de 2025. A projeção para o crescimento da economia mundial é:
 - De 2,8% para 2025 e de 3,0% para 2026.
- A expectativa do FMI para o crescimento das economias avançadas é de 1,4% para 2025 e de 1,5% para 2026.
- Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a estimativa de crescimento é de 3,7% para 2025 e 3,9% para 2026.
- Já para a Ásia emergente e em desenvolvimento a projeção de crescimento é de 4,5% para 2025 e de 4,6% para 2026.



CENÁRIO NACIONAL

- Maio 2025: dados das Contas Nacionais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², mostram que o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de 1,4% na passagem do 4T2024 para o 1T2025 (série com ajuste sazonal);
- Setores Econômicos destacados:
 - Agropecuária: 12,20%,
 - Serviços: 0,3%,
 - Indústria: -0,1%.
- Para 2025, o Banco Central (BC) revisou sua projeção de crescimento do PIB:
 - De 1,90% para 2,10%, conforme o Relatório de Política Monetária de junho/2025.
- Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou crescimento de 0,24% no mês de junho de 2025 e 5,35% no acumulado dos

¹ World Economic Outlook – relatório sobre perspectivas econômicas mundiais, divulgado pelo FMI.

² IBGE. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

últimos 12 meses.

- Conforme a Pesquisa Focus (BC):

- ☐ A previsão do mercado para a inflação apresentou redução na mediana das projeções para a variação anual do IPCA em 2025:

- De 5,44% (06/06/2025) para 5,20% (27/06/2025).
- A estimativa para 2026 manteve-se constante na mediana das projeções, com 4,50% no mesmo período.

CENÁRIO REGIONAL

- A expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará em 2025 e 2026 mostrou-se mais otimista no 1T2025. A Fundação reviu, em março de 2025, sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2025:

- ☐ De 3,3% (jun/2024) para 5,38%.

- ☐ Para 2026, a estimativa de crescimento da economia paraense também apresentou aumento, passando de 3,29% para 4,71% no mesmo período.

- O Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA):

- ☐ Apontou crescimento de 8,57% em abril/2025, comparado a abril/2024 (série dessazonalizada).

- Segundo o IBGE:

- ☐ A indústria paraense cresceu 8,30% em maio/2025 frente a maio/2024 (série ajustada sazonalmente).

- ☐ No acumulado do ano, o crescimento foi de 9,70%.

- Quanto à inflação:

- ☐ O IPCA na região metropolitana de Belém, no acumulado dos últimos 12 meses até jun/2025, foi de 5,52%.





Resultados Financeiros

ITENS DE RESULTADO

No 2º trimestre de 2025 (2T2025), o Banpará alcançou um Lucro Líquido de R\$ 67.639 mil, um aumento de 16,65% quando comparado com o 1º trimestre de 2025 (1T2025) e uma redução de 45,74% com relação ao mesmo período de 2024. Esta performance é resultado da diminuição do resultado da intermediação financeira, motivada pela expansão das despesas da intermediação financeira, com destaque para o aumento nas Perdas Esperadas relacionadas, principalmente, aos impactos trazidos pela Resolução nº 4.966/2021, além do maior dispêndio com captações de depósitos a prazos e letras financeiras.

(em R\$ mil)	2T2025	1T2025	V3M	2T2024	V12M
Receitas Totais	994.750	941.157	5,69%	919.446	8,19%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	422.145	393.714	7,22%	481.843	-12,39%
Resultado Operacional	99.737	66.097	50,89%	206.404	-51,68%
Margem Financeira	532.950	532.354	0,11%	564.730	-5,63%
Lucro Líquido	67.642	57.988	16,65%	124.656	-45,74%
Receita de Serviços	58.152	53.441	8,82%	56.746	2,48%
Despesa com Provisões (PCLD)	110.805	138.640	-20,08%	82.887	33,68%
Despesas Administrativas	154.880	149.260	3,77%	132.639	16,77%
Margem Líquida	7,59%	9,60%	-20,94%	10,66%	-28,77%

ITENS PATRIMONIAIS

O Banpará encerrou o 2T2025 com Ativo Total no montante de R\$ 19.514.535 mil, aumento de 4,29% com relação ao 1T2025 e aumento de 6,91% em relação ao 2º trimestre de 2024 (2T2024).

O Patrimônio Líquido no 2T2025 apresentou um aumento de 3,26% quando comparado com o 1T2025 e crescimento de 8,99% em relação ao 2T2024, oriundo do resultado do período.

(em R\$ mil)	2T2025	1T2025	V3M	2T2024	V12M
Ativos Totais	19.514.535	18.712.177	4,29%	18.253.219	6,91%
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	14.776.502	14.301.257	3,32%	13.843.003	6,74%
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	536.776	448.984	19,55%	771.102	-30,39%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.823.281	1.767.549	3,15%	1.848.388	-1,36%
Captações Totais	16.258.902	15.460.150	5,17%	15.299.811	6,27%
Patrimônio Líquido	2.235.675	2.165.118	3,26%	2.051.263	8,99%



TOTAL DE ATIVOS POR TIPO

(em R\$ mil)	2T2025	1T2025	V3M	2T2024	V12M
Disponibilidades	277.579	246.578	12,57%	265.144	4,69%
Aplicações Financeiras	536.776	448.984	19,55%	771.102	-30,39%
Tít e Val Mobiliários e Inst Financ Deriv.	1.823.281	1.767.549	3,15%	1.848.388	-1,36%
Relações Interfinanceiras	746.640	636.561	17,29%	865.215	-13,70%
Operações de Créditos	14.586.605	14.096.777	3,47%	13.307.000	9,62%
Outros Créditos	1.216.679	1.188.139	2,40%	955.682	27,31%
Outros Valores e Bens	12.098	14.757	-18,02%	12.151	-0,44%
Permanente	314.876	312.832	0,65%	228.537	37,78%
Total	19.514.535	18.712.177	4,29%	18.253.219	6,91%

ÍNDICE E MEDIDAS DE EFICIÊNCIA

O Banpará apresentou no 2T2025 um lucro com aplicação nos seus ativos (ROA) de 1,58%. Em relação ao 1T2025 apresentou redução de 0,34 p.p e quando comparado com o mesmo período do ano passado, apresentou redução de 0,54 p.p.

O retorno sobre o patrimônio (ROE) no 2T2025 foi de 13,75%, apresentando redução de 3,06 p.p e 5,24 p.p em relação ao 1T2025 e 2T2024 respectivamente. Cabe destacar, que este indicador vem apresentando redução, provocada pelo recuo do lucro anualizado em virtude da diminuição do resultado da intermediação financeira anualizada em cada mês.

O índice de eficiência no 2T2025 apresentou um aumento de 4,74 p.p. quando comparado com o 1T2025 e aumento de 11,16 p.p. quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse efeito neste indicador se refere, principalmente, ao aumento das despesas administrativas e redução do resultado da intermediação financeira.

	2T2025	1T2025	V3M	2T2024	V12M
Inadimplência (% da Carteira)	2,51%	2,00%	25,50%	1,66%	51,20%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA)	1,58%	1,92%	-17,71%	2,12%	-25,57%
Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (ROE)	13,75%	16,81%	-18,20%	18,99%	-27,61%
Índice de Eficiência	71,46%	67,07%	6,55%	60,65%	17,82%
Índice de Provisão	3,61%	3,61%	0,00%	2,73%	32,23%
Índice de Cobertura	27,86%	28,80%	-3,27%	32,71%	-14,82%



DESPESAS

O Banpará encerrou o 2T2025 com Despesas de Pessoal no montante de R\$ 201.957 mil, redução de 2,94% com relação ao 1T2025 e aumento de 18,49% quando comparado com o 2T2024. Esse cenário de aumento deu-se em virtude, principalmente, do acordo coletivo do período com reflexos nas subcontas no grupo.

As despesas administrativas fecharam o 2T2025 com o montante de R\$ 154.880 mil aumento de 3,76% quando comparado com o trimestre anterior, mantendo-se estável e aumento de 16,77% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Destacando-se entre os principais dispêndios, Despesa com Consumo, Depreciação e Amortização e Propaganda e Publicidade, que evoluíram em relação ao mesmo período do ano anterior

(em R\$ mil)	2T2025	1T2025	V3M	2T2024	V12M
Despesas com Intermediação Financeira	500.100	472.430	5,86%	363.577	37,55%
Despesa com Pessoal	201.957	208.069	-2,94%	170.437	18,49%
Outras Despesas Administrativas	154.880	149.260	3,76%	132.639	16,77%
Despesas Tributárias	31.564	31.218	1,11%	31.732	-0,53%

Captações

No 2T2025, destaca-se a reestruturação do portfólio institucional, com o vencimento de duas operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB), em cerca de R\$ 63,8 milhões e que possuíam custo mais elevado. Além disso, houve um crescimento de 18,93% na alocação em Letras de Crédito Imobiliário (LCI) no varejo, que oferecem menor custo, reforçando a estratégia em renda fixa. Essa movimentação estratégica tem como objetivo reduzir os encargos financeiros e otimizar os resultados futuros do banco.

No período, também foi viabilizado o credenciamento para distribuição de produtos de renda fixa (CDB, LF e LCI) via *players* relevantes no cenário nacional, como XP Investimentos e BTG Pactual. Essa iniciativa possibilita, além da alternativa estratégica de diversificação das fontes de captação de recursos, maior visibilidade e alcance para o Banpará, uma vez que os produtos do Banco são ofertados nas plataformas digitais dos parceiros, permitindo acesso a um público para além do regional.

Assim, essa parceria permite expandir a base de captação, aumentar a visibilidade da marca Banpará e oferecer soluções a investidores em todo o Brasil.

(em R\$ mil)	2T2025	1T2025	V3M	2T2024	V12M
Depósitos à Vista	1.105.791	1.027.705	7,60%	1.252.255	-11,70%
Depósitos de Poupança	1.994.572	1.973.148	1,09%	1.821.255	9,52%

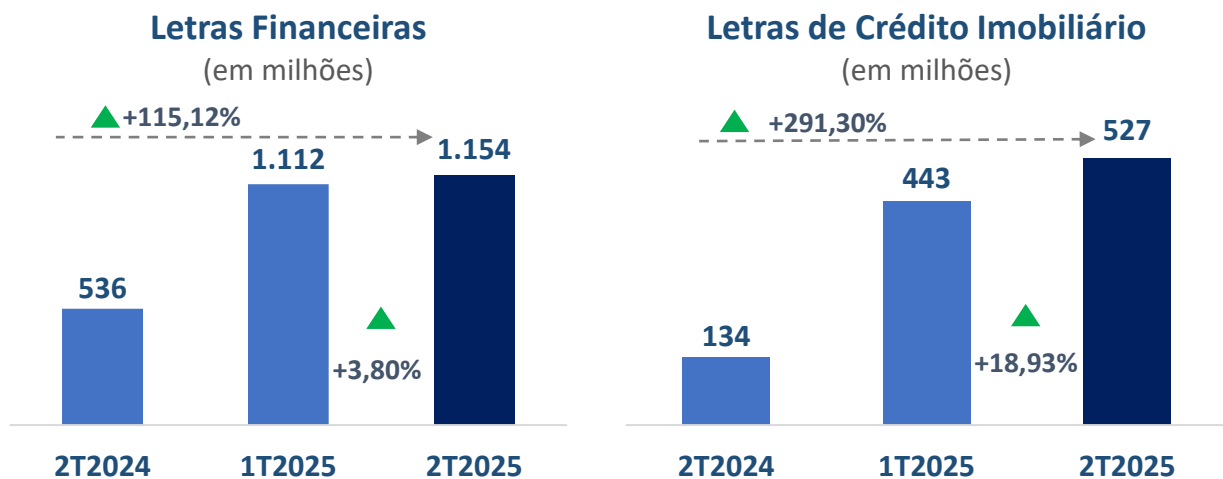


Depósitos a Prazo	10.345.560	9.707.576	6,57%	10.424.870	-0,76%
Deposito Interfinanceiro	419.991	459.700	-8,64%	548.165	-23,38%
Obrigações por Op. Compromissadas	732.358	735.838	-0,47%	581.642	25,91%
Letras Financeiras	1.154.604	1.112.324	3,80%	536.718	115,12%
Letra de Crédito Imobiliário	527.874	443.858	18,93%	134.902	291,30%
TOTAL	16.280.750	15.460.149	5,30%	15.299.807	6,41%

As captações em Renda Fixa no 2T2025 foram otimizadas com os produtos Letras Financeiras (LF) e LCI, representando juntos incremento equivalente a 14% em relação ao 2T2024. Um dos fatores que influenciaram foi o prêmio SELIC que otimiza a captação em renda fixa.

Já a Captação de poupança teve um acréscimo dentro do período observado de R\$ 21.424.361,93, acumulando uma alta de 1,09% em relação ao 1T2025. Houve um leve decréscimo no mês inicial do 2T2025 quando comparado ao fechamento de 1T2025, porém, a partir do mês subsequente deu continuidade a alta apresentada no 1T2025, cenário que já foi observado em anos anteriores.

No fechamento do 2T2025, o saldo de depósito judicial realizado no Banpará, finalizou em R\$ 2.505.698.753,16 bilhões.



Gestão de Capital

Descrição (em R\$ mil)	2T2025	1T2025	V3M	2T2024	V12M
Patrimônio de Referência – PR	2.045.983	1.977.434	3,47%	1.878.004	8,94%
PR Nível I	2.045.983	1.977.434	3,47%	1.878.004	8,94%
PR Nível II	-	-	-	-	-
Índice de Basileia - IB (%)	13,89%	13,81%	0,08 p.p.	15,03%	-1,14 p.p.
Ativo Ponderado Pelo Risco – RWA	14.725.372	14.323.162	2,81%	12.497.695	17,83%



Em 30 de junho de 2025, o Banco encerrou o 2T2025 com o Patrimônio de Referência – PR de R\$ 2.045.983 mil, apresentando um aumento de 3,47% em relação ao 1T2025, impulsionado pelo resultado líquido do período.

O montante da parcela de Ativo Ponderado Pelo Risco – RWA, em 30 de junho de 2025, totalizou R\$ 14.725.372 mil crescendo 2,81% frente ao trimestre anterior. O aumento foi em decorrência do crescimento das parcelas RWACPAD em 1,13%.

O Índice de Basileia - IB registrado foi de 13,89%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador, apresentando um crescimento de 0,08 p.p. em comparação a 31 de março de 2025.

Carteira de Crédito

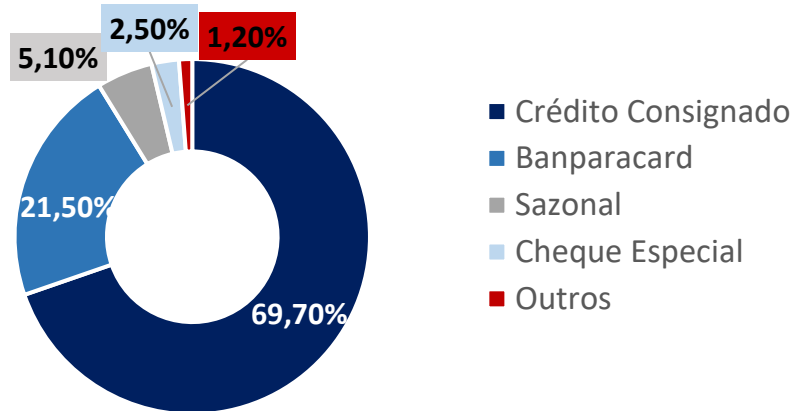
Saldo (em R\$ mil)	2T2025	1T2025	V3M	2T2024	V12M
Pessoa Física	14.501.343	14.101.748	2,83%	13.414.494	8,10%
Consignados	11.090.276	10.857.560	2,14%	10.354.601	7,10%
Banparacard	1.239.264	1.223.108	1,32%	1.264.180	-1,97%
Cheque Especial	7.144	5.828	22,58%	4.722	51,29%
Cartão de Crédito	193.402	184.073	5,07%	180.435	7,19%
Sazonais	159.198	99.261	60,38%	150.347	5,89%
Imobiliário	1.162.489	1.100.707	5,61%	938.727	23,84%
Outros	649.570	631.212	2,91%	521.482	24,56%
Pessoa Jurídica	828.918	730.844	13,42%	428.509	93,44%
Cheque Empresarial	3.113	3.138	-0,80%	2.958	5,24%
Capital de giro	400.701	403.031	-0,58%	216.324	85,23%
Imobiliário	196.595	177.928	10,49%	113.630	73,01%
Outros	228.509	146.747	55,72%	95.597	139,03%
Total	15.330.261	14.832.592	3,36%	13.843.003	10,74%

PESSOA FÍSICA

No 2T2025, o Banpará reafirmou o seu compromisso com a oferta de soluções financeiras acessíveis, seguras e adequadas às necessidades dos clientes, por meio de um portfólio diversificado de linhas de crédito:

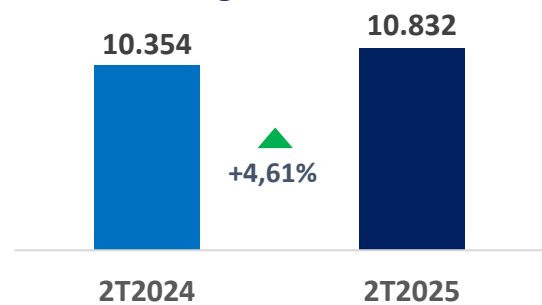
- **Crédito Consignado**
- **Banparacard**
- **Antecipação de 13º Salário (linha sazonal)**
- **Crédito Parcelado**
- **Cheque Especial**
- **Parcelado Cheque Especial**

Contratação de Crédito - PF



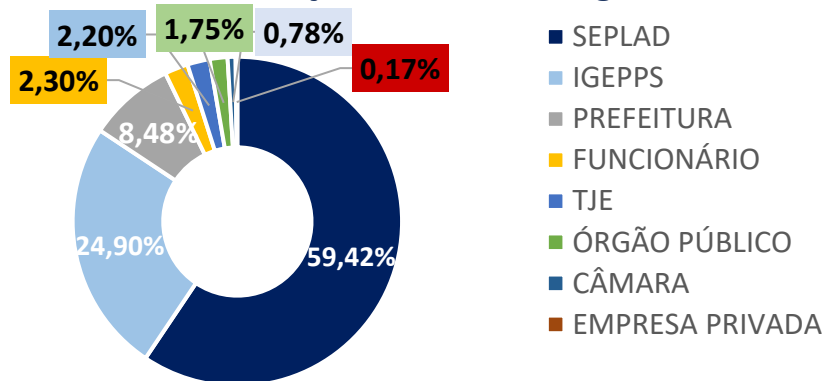
O produto Crédito Consignado alcançou, no 2T2025, o saldo bruto de R\$11,09 bilhões. Em relação ao saldo líquido da linha, o resultado para o período foi de R\$ 10,83 bilhões, um incremento de R\$ 214,41 milhões em relação ao 1T2025. Quando comparado com o mesmo período do ano passado, onde o saldo líquido era de R\$ 10,35 bilhões, o crescimento foi de 4,61%, incremento de R\$ 477,46 milhões em um ano.

Crédito Consignado (em R\$ milhões)



O perfil da carteira de Crédito Consignado é composto, principalmente, pelo consignado do setor público, este representando 99,83%, enquanto o consignado destinado ao setor privado representa 0,17% da carteira. No tocante ao consignado público, as linhas de crédito SEPLAD e IGEPPS, que ofertam consignado aos servidores públicos estaduais e beneficiários do órgão estadual, possuem a maior concentração de saldo, representando 84,26% do total da carteira.

Distribuição do Saldo Consignado



Em relação ao produto Banparacard, houve um incremento de saldo de R\$ 14,3 milhões em relação ao trimestre anterior, com destaque para o crescimento das linhas Banparacard Funcionário Banpará (6,04%), Temporário Municipal (169,38%), Vereadores (108,39%), Prefeitos (3343,2%) e Portabilidade (736,57%).

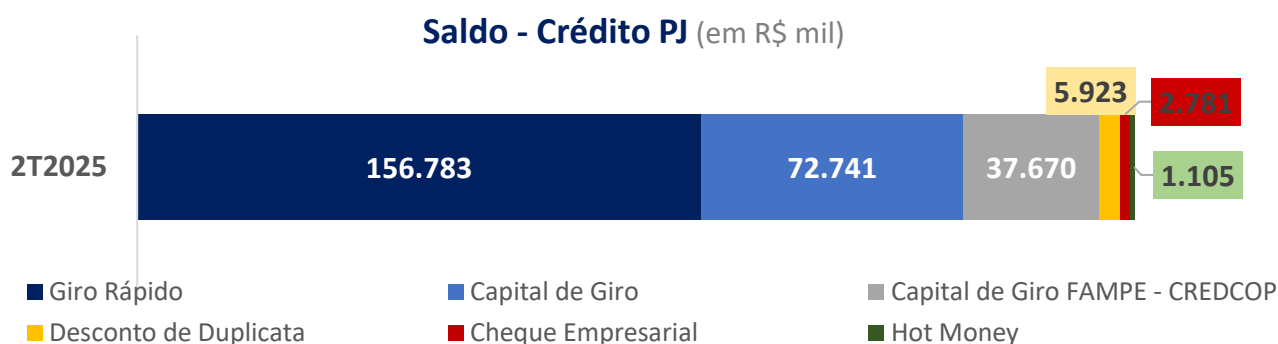


No que se refere aos demais produtos, registramos desempenho positivo no Cheque Especial, Parcelado e Sazonal. O destaque foi para o saldo do produto **Sazonal**, que apresentou o maior crescimento, impulsionado pelo início da campanha Banpará Vai à Praia.

PESSOA JURÍDICA

No 2T2025, o Banpará ofertou na carteira Pessoa Jurídica linhas com perfil rotativo ou parcelado, que foram disponibilizadas com o objetivo de reforçar o fluxo de caixa das empresas, atendendo a necessidades de curto, médio e longo prazo. Além, da finalidade de expansão dos negócios e outras necessidades. São elas:

- **Giro Rápido**
- **Capital de Giro**
- **Hot Money**
- **Cheque Empresarial**
- **Desconto de Duplicatas**
- **Capital de Giro FAMPE (CREDCOP SEBRAE BANPARÁ)**



Na carteira PJ, o produto Desconto de Duplicata apresentou aumento de 161%, em um ano, totalizando um saldo de R\$ 5,92 milhões ao final do 2T2025.

A linha Capital de Giro FAMPE (Credcop Sebrae Banpará) foi destaque no 2T2025, pelo seu bom desempenho. O produto atingiu o saldo de R\$ 37,67 milhões, representando um aumento de 42%, quando comparado ao 1T2025. Com relação ao volume contratado, o produto atingiu um valor de R\$ 38,48 milhões no 2T2025, um crescimento de 101% em relação ao último trimestre.

Ainda no 2T2025, na carteira PJ, ocorreu a implementação do Simulador de Limite Global e do Simulador de Operações de crédito no sistema, para utilização pela rede de agências, tornando os processos mais ágeis, seguros e assertivos.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

R\$ 1,36 bilhão

Saldo da carteira no 2T2025,
oriundo das linhas PF e PJ.

0,31%

Índice de Inadimplência
no 2T2025.

75,77%

Dos contratos alcançaram
os servidores públicos.

No 2T2025, o Crédito Imobiliário alcançou um saldo acumulado de R\$ 1,36 bilhão, representando um crescimento de 29,17% em relação ao mesmo período do ano anterior e 6,31% em relação ao 1T2025. Somente no 2T2025, foram volume contratado em crédito imobiliário foi de R\$ 80,71 milhões.

Em relação ao 1T2025, houve um incremento de 110,79%, considerando o ajuste realizado no presente documento, que incorporou receitas adicionais ao resultado das receitas do 1T2025, totalizando o saldo de R\$32,36 milhões, anteriormente informado em R\$ 30,95 milhões. Diante disso, a Receita Total da carteira cresceu no 2T2025, alcançando o saldo de R\$ 68,21 milhões ao final do período.

Produtos comercializados no 2T2025:

- **Financiamento para Aquisição de Imóveis Residenciais;**
- **Portabilidade de Financiamento de Imóvel Residencial Pessoa Física;**
- **Financiamento para Construção Residencial em Terreno Próprio;**
- **Home Equity – Empréstimo com Garantia de Imóvel Residencial PF;**
- **Crédito Associativo Banpará – PF e PJ; e**
- **Plano Empresário.**



O Banpará atua de forma estratégica na oferta de soluções de crédito imobiliário, disponibilizando produtos que viabilizam o acesso à moradia, fomentam o desenvolvimento regional e impulsionam a atividade econômica. As diversas modalidades ofertadas — que incluem aquisição, construção, portabilidade e empréstimo com garantia de imóvel — visam atender diferentes perfis e necessidades dos clientes, contribuindo para a realização do sonho da casa própria de forma planejada e segura, fazendo com que o Banpará tenha lugar de destaque no mercado de crédito imobiliário paraense.

No segmento de Pessoa Jurídica, o Banco disponibiliza produtos destinados ao financiamento da produção de empreendimentos residenciais e comerciais urbanos localizados no Estado do Pará, por meio de um atendimento personalizado com os incorporadores, com vista a avaliar as propostas observando os aspectos regionais.

Esses produtos viabilizam o financiamento de empreendimentos de diversos padrões — alto, e médio —, promovendo a diversidade e a abrangência dos projetos apoiados.

A concessão de crédito imobiliário PJ é pautada pela análise do *rating* social, ambiental e climático das empresas proponentes, considerando



certificações e licenças necessárias para a atuação na construção de empreendimentos. Por meio dessas operações, o Banpará contribui para o desenvolvimento urbano sustentável, a geração de empregos e a promoção de empreendimentos que respeitam critérios socioambientais. Além disso, os projetos financiados geram empregos e impulsionam o desenvolvimento urbano sustentável e desenvolvimento social e econômico da região.

Além de beneficiar diretamente os clientes, a atuação no segmento imobiliário reforça o compromisso institucional do Banco com a promoção do desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo em que assegura a alocação eficiente de recursos captados, em conformidade com as normas regulatórias. Dessa forma, o crédito imobiliário representa não apenas uma importante ferramenta para apoiar as famílias paraenses, mas também uma alavanca para o fortalecimento do mercado imobiliário e financeiro da região.

CRÉDITO DE FOMENTO

No 2T2025, o Banpará consolidou sua posição como um dos principais agentes de fomento do Estado do Pará, promovendo o desenvolvimento socioeconômico com foco na inclusão produtiva, formalização e fortalecimento de segmentos estratégicos da economia local. Com forte atuação em diversas frentes, o Banco operou linhas de crédito adaptadas às realidades regionais, com foco em sustentabilidade, inovação e fortalecimento das cadeias produtivas:



FUNGETUR: Linha voltada a empresas do setor de turismo (cadastradas no Cadastur), com o objetivo de investimento e giro com recursos do MTur, fortalecendo a infraestrutura e serviços turísticos no Estado.



CRÉDITO RURAL: Linha para agricultores e produtores rurais (pequeno ao grande porte), impulsionando a cadeia agropecuária e a economia rural



CREDITURISMO: Linha destinada a MEIs e pequenos negócios do turismo (inclusive locadores de plataformas), estimulando a formalização, renda e turismo sustentável.



Banpará Comunidade: Com o público-alvo sendo microempreendedores formais/informais, a linha promove acesso ao crédito e desenvolvimento de base, ao destinar capital de giro, investimento fixo ou misto.



EMPODERA: Linha de microcrédito produtivo voltada para mulheres empreendedoras capacitadas, que garante inclusão produtiva com viés de equidade de gênero, autonomia econômica e o fortalecimento de pequenos negócios femininos.



Qualifica Pará: Linha destinada a pessoas capacitadas pelo programa “Qualifica Pará – SEASTER”, voltada a empreendedores de micro e pequenos negócios ou pessoas que desejam empreender, conectando qualificação profissional, acesso ao crédito e geração de renda.



Banpará Comunidade Taxista: Linha destinadas a Taxistas, com foco na aquisição de veículos, peças, manutenção e



Banpará Comunidade Mototaxista: Linha voltada a mototaxistas e motofretistas, para aquisição de motocicletas, acessórios de segurança e capital

capital de giro, visando a modernização frota e valoriza trabalho autônomo regularizado.

de giro, garantindo segurança, renda e formalização no setor.



Energia Solar PF: destinada ao financiamento dos equipamentos e serviços necessários à implantação de energia fotovoltaica nas residências paraenses.



Energia Solar PJ: destinada ao financiamento dos equipamentos e serviços necessários à implantação de energia fotovoltaica nos estabelecimentos comerciais paraenses.



Microcrédito BanparáBio: destinada aos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCTs), extrativistas, pescadores artesanais e agricultores familiares no financiamento de atividades e serviços agropecuários em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Nesse período, a expansão do microcrédito para todas as regiões do Estado do Pará reforçou a presença do Banpará, impulsionando a geração de renda, a formalização de pequenos negócios e o fortalecimento das economias locais. As operações contribuíram diretamente para a redução das desigualdades socioeconômicas e o aumento da autonomia financeira de milhares de famílias, com destaque para o interior e periferias urbanas.

Ao fomentar iniciativas ligadas ao turismo sustentável, economia criativa, empreendedorismo feminino e capacitação, atuou alinhado a políticas públicas estaduais, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, com foco em eventos como a COP 30 e reforçando seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nas operações de **Crédito Rural**, o Banco apoiou a modernização e sustentabilidade da produção de pequenos e médios produtores, fortalecendo a economia regional, gerando emprego e estimulando a fixação das famílias no meio rural.



A linha **Banpará Comunidade** teve papel essencial no apoio a empreendedores de base, especialmente em regiões periféricas e municípios do interior, ao viabilizar crédito para atividades de subsistência, prestação de serviços e pequenos comércios. Já a linha **Empodera** impulsionou o empreendedorismo feminino, com crédito aliado à capacitação, promovendo redução da desigualdade de gênero e à vulnerabilidade econômica.

Na concessão de crédito, o Banpará adota critérios sociais e ambientais, priorizando públicos vulneráveis e evitando financiar atividades com impacto ambiental negativo, além de incentivar práticas sustentáveis, como turismo de base comunitária, uso racional de recursos e reformas com melhorias ecológicas, sempre com análise técnica e foco em práticas sustentáveis e conformidade regulatória.



FONTES DE RECURSOS

Os recursos utilizados nas operações foram originados de diversas fontes, incluindo repasses federais (como o FUNGETUR), financiamento de longo prazo via BNDES, recursos próprios da companhia e outras fontes livres, equalizadas ou obrigatórias, a depender do perfil do cliente e da finalidade do crédito. Essa diversificação permitiu maior flexibilidade na estruturação das operações e melhor cobertura das diferentes necessidades dos públicos atendidos.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As linhas de crédito de fomento operacionalizadas ao longo do 2T2025 alcançaram resultados expressivos. Em termos de volume financeiro, observou-se crescimento nas liberações voltadas ao turismo e ao setor rural, impulsionadas pela aproximação de grandes eventos e pela busca por soluções sustentáveis no campo. Houve aumento no número de operações contratadas, com especial destaque para os segmentos:

Energia Solar

195 Operações efetivadas no 2T2025, alcançando o total de **3.102** contratações.

R\$ 72,36 milhões de saldo no 2T2025, com **R\$ 5,62 milhões** em financiamentos no período.

Microcrédito Banpará-Bio

153 Operações efetivadas no 2T2025, alcançando o total de **1.000** contratações.

R\$ 30,13 milhões de saldo no 2T2025, com **R\$ 4,49 milhões** em financiamentos no período, beneficiando 84 municípios do Estado do Pará.

0,06% índice de inadimplência da linha.

FUNGETUR

Ao final do 2T2025, o saldo contratado da linha totalizou **R\$ 38 milhões**, refletindo uma demanda aquecida impulsionada pela COP 30. Desse montante, **R\$ 33,7 milhões** foi efetivamente consolidado no saldo da carteira até o encerramento do trimestre.

Esses resultados evidenciam a capacidade da instituição de combinar impacto social com sustentabilidade financeira, reforçando seu papel como instrumento estratégico de política pública.

AGENDA CLIMÁTICA E CRÉDITO DE CARBONO

Embora o mercado regulado de carbono ainda esteja em estruturação no país, o Banpará já iniciou a preparação para atuar nesse segmento. Com o apoio técnico da ERM Brasil, maior consultoria de finanças sustentáveis do mundo, foram estruturadas propostas para fomentar projetos de base florestal e de baixo carbono, com foco em:

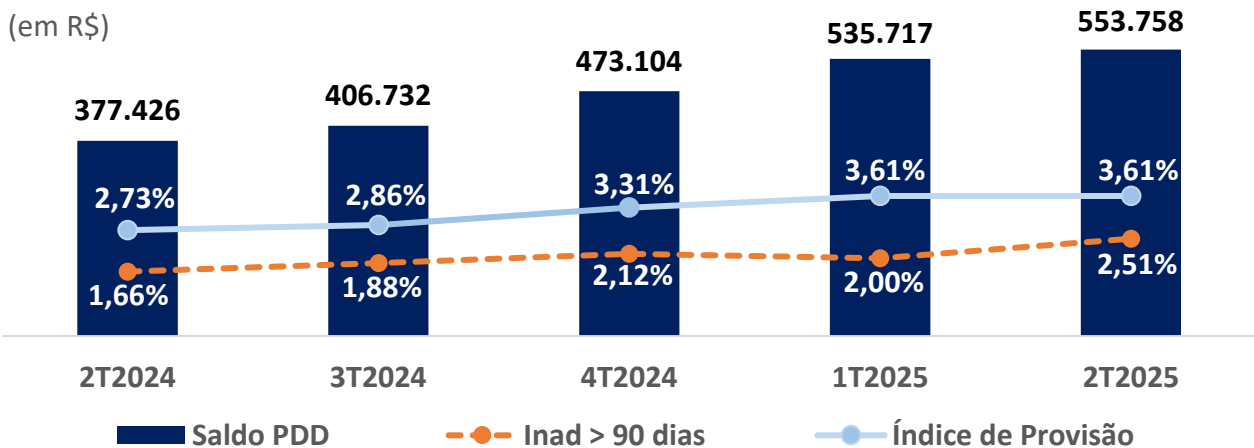
- Parcerias com empresas e entidades atuantes em implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), agricultura regenerativa e pecuária de baixo carbono, com foco na recuperação de áreas degradadas e na geração de ativos ambientais;



- Acompanhamento do marco regulatório, como a Lei nº 15.042/2024 (SBCE), com vistas a futuras oportunidades no mercado regulado de carbono.

Atualmente, o Banpará concentra seus esforços em modelos indiretos de apoio à bioeconomia e à descarbonização, por meio do financiamento de cadeias produtivas sustentáveis e projetos de restauração que, no médio prazo, possam gerar créditos de carbono ou outros instrumentos financeiros verdes. A entrada direta no mercado de carbono permanece condicionada à análises estratégicas e ao amadurecimento das regulamentações.

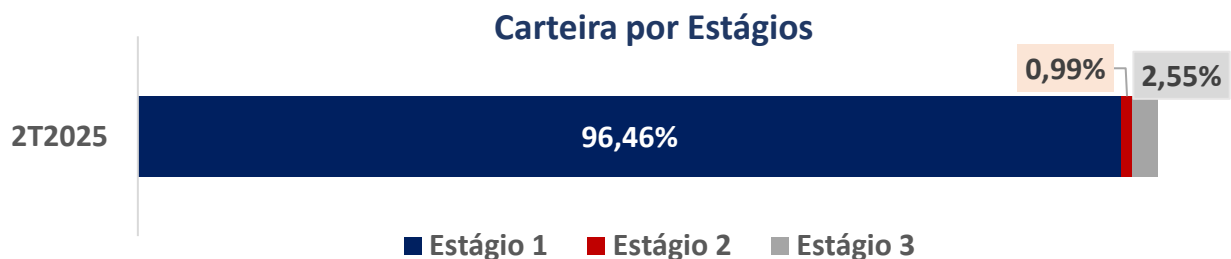
Qualidade da Carteira de Crédito



O Saldo de Provisão para Devedores Duvidosos - PDD alcançou R\$ 553,76 mil, com crescimento de 3,37% no trimestre, refletindo o alinhamento da instituição aos novos critérios regulatórios. O Índice de Provisão sobre a Carteira de Crédito (Relação PDD/Carteira) foi de 3,61%, permanecendo inalterado em relação ao trimestre anterior, evidenciando o compromisso com uma estrutura mais robusta de absorção de perdas e proteção da carteira.

Em relação ao Índice de Inadimplência, o resultado do 2T2025 foi de 2,51%, com um aumento de 0,51 p.p. em relação ao trimestre anterior.

Os ativos financeiros seguem majoritariamente alocados no Estágio 1, com 96,46% do total, superando o índice do 1T2025 (96,25%) e contribuindo para um cenário mais favorável em relação às provisões. Embora tenha sido observado um aumento no saldo do Estágio 3, esse movimento está concentrado na carteira PJ e reforça a importância do acompanhamento contínuo e das estratégias de gestão adotadas.



Rede de Atendimento



O Banpará é a única instituição bancária presente em todos os 144 municípios do Estado do Pará, atendendo 100% da população com uma rede completa de agências, postos de atendimento, CAV's (Caixas Deslocados) e PAE's (Postos de Atendimento Eletrônico), fortalecendo a economia local.

Para atender de forma cada vez mais eficaz os clientes, o Banco adotou iniciativas para aprimorar continuamente a experiência do atendimento aos clientes, formuladas em estratégias focadas no desenvolvimento de pessoas, tecnologia e a realidade territorial do Estado do Pará, sendo destacado:

- Adoção de estratégias direcionadas e segmentadas**, alinhadas ao perfil de consumo de cada cliente, com o objetivo de gerar valor, respeitando suas preferências, necessidades e expectativas.
- Presença nos 144 municípios do Estado do Pará**, ampliando o acesso a serviços e crédito, promovendo a inclusão bancária e contribuindo de forma direta para o desenvolvimento socioeconômico regional.
- Investimento no conhecimento do capital intelectual do Banco**, por meio de trilhas de capacitação, desenvolvimento contínuo para excelência no atendimento, garantindo que cada interação acolhimento, empatia e relacionamento entre o cliente e o Banco do Estado.



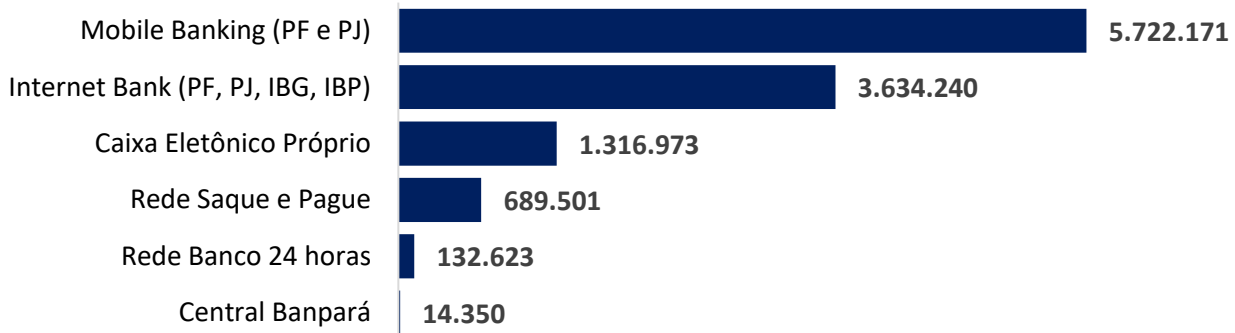
Essas iniciativas refletem o compromisso contínuo em aprimorar continuamente a qualidade do atendimento, com investimentos em infraestrutura e parcerias estratégicas.



Canais Eletrônicos

Os Canais Eletrônicos do Banpará mantiveram sua trajetória de expansão e modernização ao longo do 2T2025, reafirmando sua relevância no relacionamento com os clientes e na eficiência operacional, alcançando o volume financeiro transacionado no período de R\$ 11,51 bilhões:

Volume Financeiro (em R\$ mil)



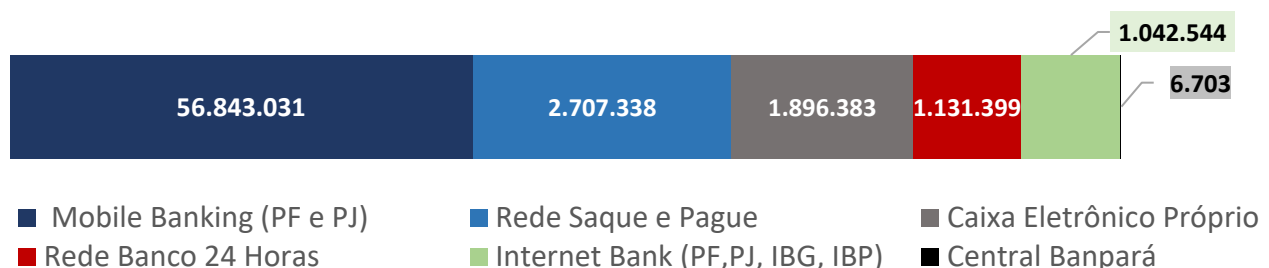
O volume financeiro transacionado por via Canais Digitais (Internet Banking e Aplicativos PF e PJ) apresentou aumento de 4,39% em comparação com o 2T2024. As transferências lideraram entre os grupos de transações, com destaque para o Pix, sendo responsável por aproximadamente 88% das transações realizadas no período, o que impactou diretamente a redução de saques e a queda no uso de TED.

Para clientes Pessoa Física, o aplicativo segue como único canal com disponibilidade para operações via PIX. Já para Pessoa Jurídica, essa transação está disponível no Internet Banking — contribuindo diretamente para o aumento dos volumes no grupo de transferências. No 2T2025, o volume financeiro transacionado via PIX apresentou crescimento de 16,85% em relação ao mesmo período de 2024.

Na Central de Atendimento, prevaleceram as operações de crédito, com 94% dos atendimentos voltados à concessão de limites e contratações, sendo 19% em liberações efetivas.

A quantidade de usuários ativos nos aplicativos PF e PJ cresceu 3,12% no período em relação ao 1T2025, totalizando 63,62 milhões de transações no 2T2025, conforme detalhamento no gráfico abaixo, refletindo a preferência crescente pelo Mobile Banking. Os caixas eletrônicos, por sua vez, registraram volume financeiro reduzido, acompanhando a tendência digital.

Quantidade de Transações - 2T2025



Evoluções e Melhorias Implementadas

Com foco em agilidade, o Banco revisou os fluxos de abertura de conta e cadastramento da senha de internet, permitindo aos novos clientes acesso imediato aos canais digitais sem depender do recebimento do cartão físico.

Outra melhoria foi a criação de um novo fluxo de desbloqueio de senha diretamente nas agências, eliminando a espera de 24 horas após tentativas incorretas. Além disso, a Central de Atendimento passou a ofertar novas transações, como atualização de Perfil do Investidor, Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e aplicação em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

Durante o 2T2025, destacaram-se também:

R\$ 499 mil

em contratação de LCI
pela Central de
Atendimento no 2T2025

R\$ 50 mil

em contratação de CDB
pela Central de
Atendimento no 2T2025

Implantação do depósito via
Banco24Horas, resultando em
economia cerca de **R\$ 60 mil**
com transporte de valores e
custos operacionais

Ademais, o Banco adotou estratégias de comunicação ativa, com envio de e-mails personalizados, conforme perfil do cliente, com informativos relevantes e/ou oferta de produtos e serviços.

Assistente Virtual (IVI) e Atendimento ao Cliente

No 2T2025, a Assistente Virtual (IVI) realizou 28.875 interações. O Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), por sua vez, registrou 9.357 atendimentos no período.

A estabilidade dos sistemas e o avanço da automação contribuíram para a redução dos atendimentos humanos. Mesmo com a redução no volume, a retenção via IVI aumentou de 68,4% para 75,5%, sinalizando maior adesão dos clientes aos canais digitais. Esse avanço refletiu também nos resultados da auditoria da FEBRABAN ao SAC, que apontou:

- 97% de conformidade nos critérios de informação de prazo e de cumprimento do prazo;
- Melhoria no índice de cumprimento de prazos, subindo de 90% para 97%;
- Redução de 40,2% no número de ligações ao SAC, permitindo foco da equipe em ações estratégicas.



Parcerias

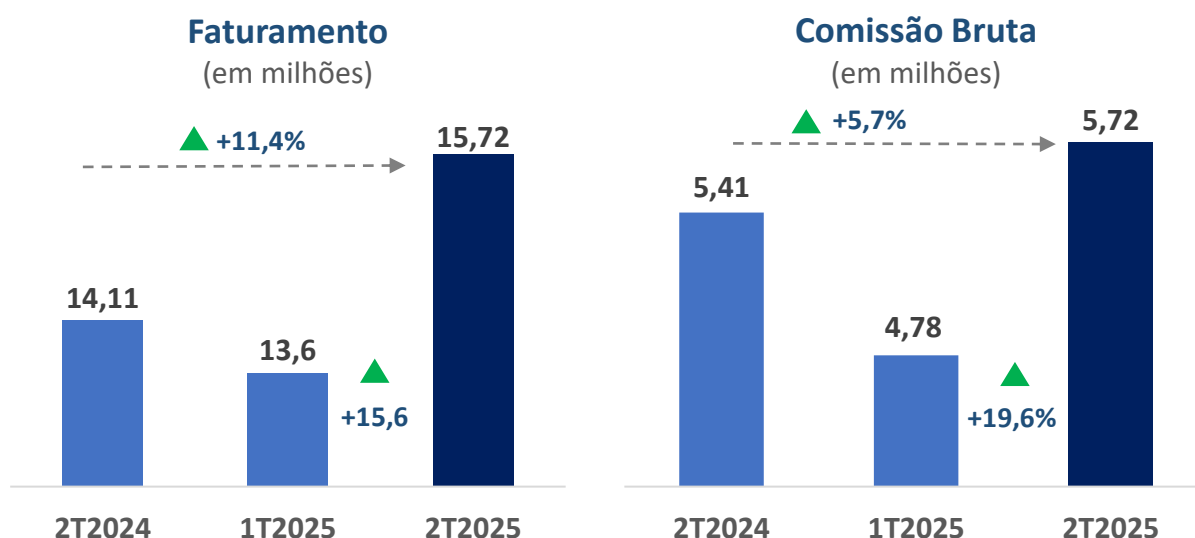
Em abril de 2025, o Banpará firmou parceria comercial com a empresa **Nossagente Card**. A parceria visa à comercialização do cartão benefício consignado, que terá como público alvo os servidores civis e militares do Estado.

No 2T2025, os produtos oferecidos pelo Banco agregaram valor aos clientes por meio de proteção, planejamento financeiro e modernidade, impactando positivamente na receita e comissionamento do Banco. No período, foram comercializados os seguintes produtos:

- ✓ **Seguros de Vida e Prestamistas:** oferecem proteção financeira aos clientes e seus familiares, além de garantir cobertura em situações adversas.
- ✓ **Seguros Habitacionais:** protegem os clientes contra riscos relacionados aos seus imóveis financiados.
- ✓ **Consórcios:** permitem aos clientes o planejamento financeiro para aquisição de bens ou serviços.
- ✓ **Produtos de Capitalização:** oferecem uma opção de poupança com possibilidade de premiação.
- ✓ **BANPARAPAY:** máquina POS (*Point of Sale*), oferecidas aos estabelecimentos comerciais para a realização de vendas através de transações à crédito, débito e PIX.

SEGUROS

No 2T2025, a carteira de seguros apresentou crescimento expressivo em relação ao trimestre anterior. O faturamento totalizou R\$ 15,72 milhões, representando um avanço de 15,6% sobre o 1T2025 (R\$ 13,6 milhões). Já a comissão bruta alcançou R\$ 5,72 milhões, com incremento de 19,6%, quando comparado ao 1T2025, sinalizando não apenas maior volume de vendas, mas também uma evolução no mix de produtos com melhor remuneração ao banco.



No referido trimestre observou-se uma evolução consistente nas adesões dos seguros Pessoa Jurídica (Seguro Prestamista PJ e Seguro Capital Global), refletindo tanto no aumento da receita como no fortalecimento do portfólio de produtos e serviços oferecidos pelo Banco ao segmento corporativo. Destaque para os meses de maio e junho, que juntos representaram 70% do volume financeiro e 82% da comissão total no período.

Os dois produtos possuem operações mais robustas, com valores de prêmio e comissões significativamente mais elevados em comparação aos produtos voltados para pessoa física. Esse cenário contribuiu diretamente para o incremento da receita do Banco no segmento de seguros e fortalece o posicionamento do Banpará no atendimento aos clientes da carteira PJ.

A trajetória positiva nos meses de abril, maio e junho indica uma curva de crescimento acelerada, sinalizando oportunidades para expansão nas vendas corporativas, principalmente através de estratégias voltadas ao relacionamento com empresas e associações.

CONSÓRCIOS

No 2T2025, a carteira de consórcios apresentou um desempenho misto. O volume financeiro da carta de crédito atingiu R\$ 23,5 milhões, o que representa um crescimento de 15,6% em relação ao 1T2025 (R\$ 20,3 milhões). Esse aumento reflete uma maior adesão ao produto por parte dos clientes e o fortalecimento das estratégias de vendas no período.



BANPARAPAY

Serviço de aquisição, lançado em janeiro de 2025 e disponibilizado através da comercialização de maquinetas POS oferecidas aos estabelecimentos comerciais para que possam aceitar pagamentos feitos com cartões de crédito, débito ou PIX.

Serviço que vem apresentando crescimento, estando em fase de expansão por meio das vendas realizadas tanto pelas agências do Banpará, quanto pela força comercial externa.

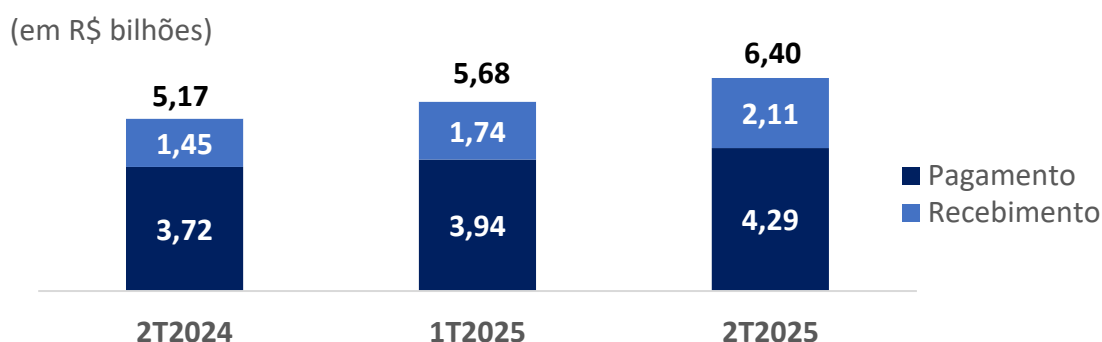
No 2T2025, o Banparapay apresentou faturamento de R\$ 45,83 milhões, representando um incremento de 157,4% sobre o 1T2025 (R\$ 17,80 milhões).



Meios de Pagamento

PIX

No 2T2025, o Pix foi responsável por transacionar o volume financeiro de **R\$ 6,40 bilhões**, representando crescimento de 24% em relação ao 2T2024 e aumento de 13% em relação ao 1T2025.



Destaca-se o crescimento do recebimento de Pix, que no 2T2025 foi 45% maior que o mesmo trimestre do ano anterior e 21% acima do 1T2025. Isso representa maior volume financeiro em transações Pix Recebimento para as contas do Banpará.

TARIFAS PIX

O Pix contribui para a receita do Banco por meio das tarifas de pagamentos realizados pelos clientes PJ. No 2T2025, essa receita totalizou **R\$ 605.873,67**, representando crescimento de 60% em relação ao mesmo período de 2024 (R\$ 378.740,41) e aumento de 20% em relação ao 1T2025 (R\$ 505.277,83), valor retificado, considerando o ajuste realizado após adaptações realizadas em razão da Resolução nº 4.966/2021, tendo sido informado anteriormente o valor de R\$ 832.642,14 referente ao 1T2025.

CARTÕES

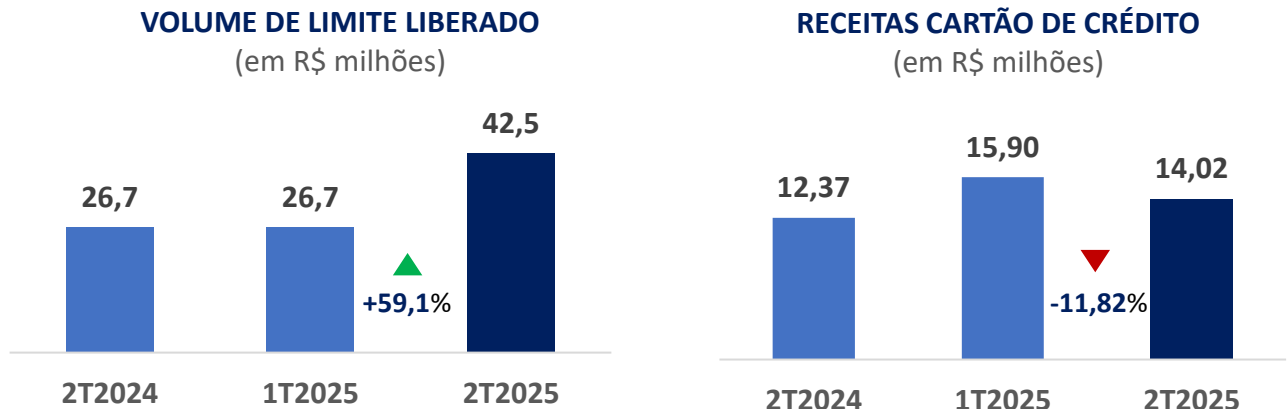
Atualmente são fornecidos aos clientes Banpará os cartões **Standard, Gold, Platinum, Black e Black Exclusive**, bem como dentro de cada categoria de cartão, o cliente pode optar pelo plástico comum ou pode ter o cartão personalizado com as bandeiras do **Clube do Remo** ou do **Paysandu Sport Clube**.



No que se refere ao Cartão Múltiplo, houve o lançamento de novo aplicativo de cartões (Banpará Cartão), com melhorias, a exemplo da funcionalidade “Aviso de Viagem”.



O produto Cartão Múltiplo demonstra alavancagem quanto ao volume de limite liberado. No 2T2025 foram liberados **R\$ 42,5 milhões**, representando crescimento de mais de 50% em relação ao 1T2025 que foi de **R\$ 26,7 milhões**. E no comparativo com o 2T2024 registra-se o mesmo crescimento pois o volume de limite liberado foi de **R\$ 26,7 milhões**. Além disso, a média de limite por proposta aprovada no 2T2024 era de **R\$ 1.382,82** e no 2T2025 passou a ser de **R\$ 1.707,90**.



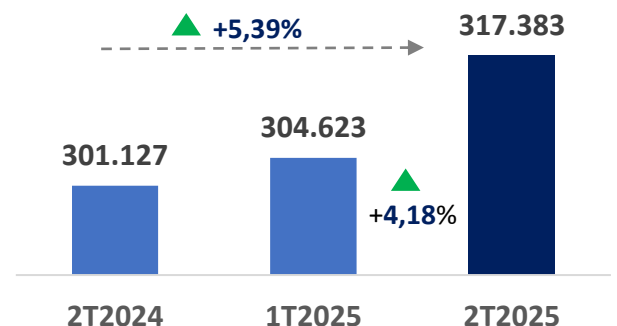
No 2T2025, o Cartão Múltiplo contribuiu com uma receita de serviços na ordem de **R\$ 7,9 milhões**, mantendo o mesmo patamar de resultado do 1T2025, que foi de **R\$ 7,85 milhões**. No comparativo com o 2T2024, cuja receita foi de **R\$ 8,07 milhões** também não se observa grande variação.

Serviços

PACOTES DE SERVIÇOS

No 2T2025, os pacotes de serviços PF apresentaram um crescimento de 5,39% quando comparado ao 2T2024, correspondendo a 16.256 novas adesões, totalizando 317.383 clientes PF com o serviço. Na comparação com o 1T2025, o aumento foi de 4,18%, representando 12.760 novas adesões.

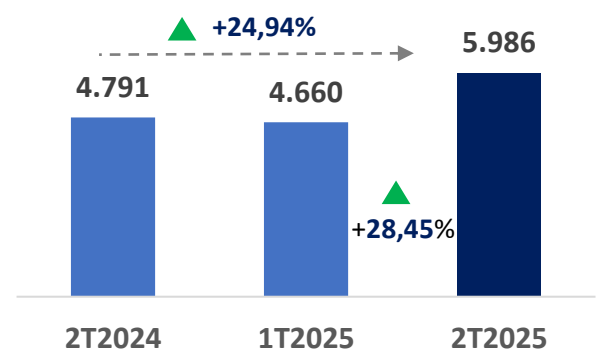
Nº PACOTES DE SERVIÇOS PF



PORTABILIDADE SALARIAL - VINDA

No 2T2025, foram registradas 5.986 portabilidades salariais de entrada por CPF, frente a 4.791 no 2T2024, o que representa um crescimento de 24,94% no período, totalizando um incremento financeiro de R\$ 4,49 milhões para o Banco. Na comparação entre o 1T2025, em que foi registrada a portabilidade de 4.660 clientes, observou-se crescimento de 28,45% no número de portabilidades de vindas efetivadas por CPF ao Banpará, resultando em um acréscimo superior a R\$ 2,64 milhões. Esses resultados refletem o fortalecimento da estratégia de atração de cliente, contribuindo para a receita associada à folha de pagamento.

Nº DE PORTABILIDADES - VINDAS



Estratégia Corporativa

No contexto do ciclo estratégico quinquenal vigente (2025–2029), o 2T2025 representa a fase inicial de implementação das ações estruturadas a partir das diretrizes aprovadas pela Alta Administração. Cumpre destacar que, como previsto nos marcos temporais do planejamento de longo prazo, as ações encontram-se majoritariamente em status iniciais de execução, o que é compatível com o estágio atual do ciclo – ainda dentro dos primeiros seis meses de vigência do plano.

Neste período, os esforços da área de planejamento estratégico estiveram concentrados no desdobramento tático das diretrizes e objetivos estratégicos, com foco na estruturação dos instrumentos de acompanhamento e governança, alinhamento intersetorial e pactuação das metas junto às áreas responsáveis. Dentre as principais entregas destaca-se a elaboração do Relatório de Indicadores Estratégicos, com a consolidação de indicadores, metas e marcos de monitoramento de 1º e 2º níveis.

Ainda que o estágio de maturação das ações esteja nos seus momentos iniciais, os avanços observados até o momento estão em linha com o cronograma de execução pactuado e demonstram compromisso institucional com o cumprimento dos objetivos propostos.

Importante reforçar que, em se tratando de um planejamento estratégico de horizonte quinquenal, é esperado que os impactos mais robustos sejam observados a partir dos ciclos intermediários de monitoramento, à medida que os projetos ganhem tração e maturidade operacional.

Assim, as principais Estratégias Corporativas do Banco no 2T2025, permanecem:

- ✓ Desenvolvimento de ações voltadas para expandir a tecnologia do Banco, ampliando os serviços e produtos ofertados no meio digital e desenvolvendo novos modelos de negócio digital;
- ✓ Incentivo ao financiamento de produtos verdes;
- ✓ Iniciativas para tornar o Banco mais sustentável por meio do uso de energia solar.

COP30

Contexto Estratégico (COP30 e Oportunidades)

- A proximidade da COP30 (2025) reforça a necessidade de ampliar o apoio aos projetos sustentáveis nos eixos de energia limpa e agropecuária sustentável, posicionando o Pará como destaque.
- Banpará como agente facilitador – As linhas de crédito para energia solar (PF e PJ) e o Microcrédito BanparáBio estão alinhadas a essa tendência, oferecendo condições competitivas para residências e negócios.
- As linhas de crédito ligadas ao turismo (Fungetur e Credturismo) registraram aumento na procura por crédito. Esse crescimento é resultado, em grande parte, de investimentos



direcionados para a COP 30.

A magnitude do evento tem impulsionado investimentos públicos e privados, gerando novas oportunidades de financiamento e ampliando a relevância das linhas de fomento operadas pelo Banpará. Nesse contexto, o Banco atua de forma estratégica para atender às demandas emergentes, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado e para a consolidação de uma agenda sustentável alinhada aos compromissos climáticos globais.

Em continuidade a preparação para a COP30, no 2T2025 o Banpará seguiu desenvolvendo os seguintes projetos, todos com entrega prevista até o início do evento no Estado do Pará:

- ✓ **Projeto Mercado de Carbono** – A iniciativa visa o desenvolvimento de soluções de crédito para fomentar projetos de sequestro e captura de Carbono por meio de financiamento às culturas sustentáveis visando, preferencialmente, a recuperação de áreas degradadas. O projeto encontra-se em validação de regras por parte do Banco e posteriormente será implementado.
- ✓ **Projeto Financiamento de Veículos Sustentáveis** – A Linha encontra-se em piloto supervisionado e logo estará disponível para o mercado, incluindo o público taxista, o que fomentará a logística necessária para o evento.
- ✓ **Projeto Fungetur - Aquisição de Bens** – A linha está em fase de implementação para iniciar a comercialização.
- ✓ **BanparaBio – Pecuária Verde** – A linha Pecuária Verde tem como foco direcionar os recursos financeiros para investimentos pecuários que se alinhem com práticas sustentáveis que encontra-se em fase de implementação negocial e sistêmica para atender aos parâmetros de sustentabilidade estabelecidos pela iniciativa.

ACÇÕES ASG EM CURSO NO PLANO DE NEGÓCIOS 2025

- Desenvolver campanha digital integrada, a fim de fortalecer o papel do Banpará como agente de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, por meio da utilização de dados-chaves, como o Dia Mundial do Meio Ambiente, para maximizar o impacto no público;
- Criar e executar iniciativas de promoção à saúde física e mental, incluindo campanhas, palestras e programas de assistência psicológica;
- Implementar práticas que promovam um ambiente de trabalho mais inclusivo, como workshops e ajustes em processos de seleção para aumentar a diversidade no quadro de colaboradores;
- Aplicar questionários anuais para medir o nível de satisfação dos colaboradores e identificar áreas para melhorias;
- Estruturar linha de financiamento de projetos com potencial de originação de crédito de carbono;
- Implantar a sublinha de pecuária verde do BanparáBio;
- Estruturar linha de financiamento para aquisição de veículos sustentáveis;



- Criar produto de microcrédito de exportação, direcionado para fomentar a parte estrutural de empresas do setor, que já são criadas para o mercado exportador, focando em projetos ambientais ou sustentáveis no Pará;
- Implementar práticas de ASG nos Negócios Digitais, com foco em sustentabilidade e responsabilidade social;
- Implantar e gerir o Modelo de Perda Esperada para Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa;
- Contratar e implantar Sistema de Gerenciamento de Risco de Crédito, Social, Ambiental e Climático;
- Implantar os novos modelos de Avaliação de Risco Ambiental, Social e Climático;
- Desenvolver modelos de Risco de Crédito para Empresas em Implantação;
- Revisar as metodologias de Geração de Limites de Crédito PJ;
- Otimizar o monitoramento contínuo dos impactos socioambientais das operações do Banco;
- Desenvolver, com o apoio de todas as áreas, planos de continuidade de negócios que incluam cenários de riscos cibernéticos, climáticos e desastres naturais;
- Implementar sistemas avançados de gestão de riscos que integrem riscos operacionais, socioambientais e climáticos, continuidade, com todos os demais riscos e controles;
- Utilizar tecnologias de inteligência artificial e análise de dados para monitorar e mitigar riscos em tempo real.

Projetos

Diversos projetos estratégicos estão sendo conduzidos no Banpará para atender a crescente demanda do mercado, como Financiamento de Veículos Sustentáveis e Mercado de Carbono, que são objetivamente voltados à demanda de infraestrutura e logística para a COP30. Além destes, outros projetos direcionados ao mercado como Pix Automático, Cartão Múltiplo PJ, Cartão de Crédito Consignado, entre outros estão em andamento, todos com prioridade e entrega prevista para o ano de 2025.

O Banco está direcionando esforços para a melhoria da infraestrutura de automação e do parque tecnológico, além da atualização e modernização dos aplicativos *mobile* e *internet banking* PF e PJ.

No 2T2025 foi entregue o projeto **Sistema Gestor de Câmbio**, módulo que visa automatizar as informações referentes às variações de taxas de câmbio nas agências e canais de atendimento do Banco, bem como a compra e venda de moeda estrangeira, proporcionando ao cliente maior agilidade e confiabilidade no câmbio de moedas.

Com base no portfólio de projetos em andamento, o Banco está direcionando seus esforços estratégicos para três pilares fundamentais:



✓ **Expansão e Fortalecimento de Soluções para Pessoa Física e Jurídica:**

Ampliação da oferta de produtos e serviços especializados para atender às demandas dos diversos segmentos, com foco em segurança financeira, acesso a crédito e proteção patrimonial. Essa iniciativa visa consolidar o Banpará como um parceiro estratégico, impulsionando o desenvolvimento econômico regional.

✓ **Modernização e Melhoria Contínua dos Canais Digitais:**

A transformação digital é uma prioridade, com investimentos em plataformas ágeis e intuitivas que elevam a experiência do cliente. A otimização dos canais digitais não apenas facilita operações financeiras, mas também amplia a inclusão bancária, garantindo atendimento eficiente para todos os perfis de usuários.

✓ **Sustentabilidade e Inovação Socioambiental:**

O Banco reforça seu compromisso com a responsabilidade socioambiental por meio de produtos sustentáveis, como linhas de crédito para energia renovável e iniciativas de impacto positivo. Essas ações alinham-se às tendências globais de ASG, fortalecendo a reputação institucional e atraindo clientes conscientes.

Esses eixos estratégicos refletem o posicionamento do Banco como uma instituição inovadora, comprometida com o crescimento dos negócios, a excelência no atendimento e a construção de um futuro mais sustentável para o Pará.

Assim, o Banpará tem conduzido diversos projetos que visam atender às demandas internas e externas, com base nos projetos conduzidos no Portfólio geral do Banco, nota-se o esforço em modernizar e melhorar a estrutura interna dos legados e sistemas, buscando melhor experiência do cliente, bem como otimizar sistemas e legados tecnológicos que sevem como base para prestação de um bom serviço ao cliente.

ASG

No 2T2025, o Banpará revisou diretrizes, metodologias e ferramentas previstas na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e no Manual de Normas e Procedimentos de Classificação, Avaliação e Monitoramento de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos. Esses instrumentos, alinhados às melhores práticas do setor bancário e à regulamentação vigente, reforçam a estabilidade dos processos internos e garantem transparência perante as partes interessadas. Essa atualização visou aprimorar práticas internas, para mitigação de riscos, conforme a Resolução CMN 4.945/2021 e o Normativo SARB 14/2014.

O **Programa de Teste de Estresse** manteve o cenário de estresse climático institucional, avaliando impactos potenciais e resiliência da organização frente a eventos adversos simulados. Também teve início a revisão do Regulamento de Licitações e Contratos e outros normativos relacionados, para institucionalizar a análise de riscos SAC antes da contratação e durante a vigência contratual.

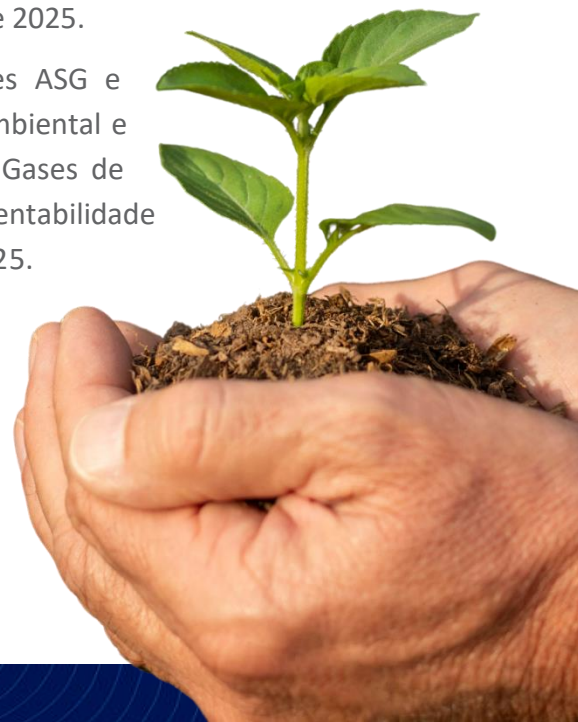
A implementação dessas melhorias não altera especificamente a estrutura de governança da sustentabilidade, porém aprimora as práticas ASG e de gestão de riscos subordinadas a ela, evidenciando o compromisso do Banco com práticas cada vez mais sustentáveis, com responsabilidade socioambiental e com o contínuo aperfeiçoamento de suas operações, processos e atividades, consolidando a confiança dos *stakeholders* ao assegurar a manutenção de práticas já consolidadas e validadas pelo mercado.

Ainda no 2T2025, o Banpará iniciou sua participação efetiva no **Pacto Interinstitucional Pró-equidade Racial no Estado do Pará** – iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Pará, para a promoção da equidade racial no território paraense, por meio da estruturação de ações voltadas a orientação e acultramento dos empregados nas temáticas de diversidade, inclusão e equidade raciais. Essas ações serão executadas no 2º semestre de 2025.

Além disso, o Banco participou do projeto piloto **da Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE**, para calibração e implementação da Metodologia de Escala de Avaliação ASG no Sistema Nacional de Fomento, para fortalecimento de práticas de sustentabilidade e governança, com diagnóstico das práticas da organização e definição de Maturidade ASG, comparado às tendências internacionais, resultados que serão divulgados no 2º semestre de 2025.

No 2T2025, o Banco consolidou dados referentes às questões ASG e informações sobre gestão de riscos e responsabilidade social, ambiental e climática, bem como referentes ao inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com vistas à elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2024, a ser submetido à Alta Administração no 2º semestre de 2025.

Em relação aos riscos operacionais, o Banco manteve ações de verificação documental e monitoramento de cheques em situações suspeitas, tomando as diligências necessárias para reforçar as medidas de prevenção a fraude. No 2T2025, não houve materialização de perda por cheques.



INICIATIVAS ASG



AMBIENTAL

- ✓ **Diversificação de matriz energética**, para uso de energia fotovoltaica para as unidades do Banpará;
- ✓ **Eficiência da gestão de resíduos**: através de práticas de coleta seletiva e credenciamento de cooperativas de catadores;
- ✓ **Atualização da matriz de materialidade**, atualmente em andamento, e visa alinhar os temas mais relevantes do mercado aos objetivos estratégicos do Banco, orientando a definição de indicadores de sustentabilidade. No 2T2025, teve início a elaboração da consulta pública para incorporar a percepção dos *stakeholders* e consolidar a nova matriz. Os temas atualmente contemplados incluem combate à corrupção, geração de renda, riscos climáticos, inclusão bancária, inovação, entre outros.
- ✓ **Implantação do Sistema de Gestão de Indicadores de Sustentabilidade** e execução de procedimentos para o inventário de emissões de GEE e de consolidação de dados para definição da nova Materialidade.



SOCIAL

- ✓ O Banpará manteve iniciativas voltadas à saúde dos seus colaboradores, como o programa **Mais Saúde**, o **Abono Atividade Física e Terapias Holísticas**, promovendo bem-estar físico e emocional.
- ✓ No 2T2025, o **Programa de Desenvolvimento Educacional** promoveu treinamentos em temas como ASG, combate à corrupção, riscos e outros. No trimestre, o Banco permaneceu disponibilizando o treinamento "Trilha de Carbono nas Mudanças Climáticas", destinada a todos os funcionários.
- ✓ Continuidade das parcerias do Banco com instituições de caráter social e filantrópico, reforçando o comprometimento com questões socioambientais.
- ✓ Participação no **Pacto Interinstitucional Pró-equidade Racial no Estado do Pará**, por meio da estruturação de ações voltadas a orientação e acultramento dos empregados nas temáticas de diversidade, inclusão e equidade racial.

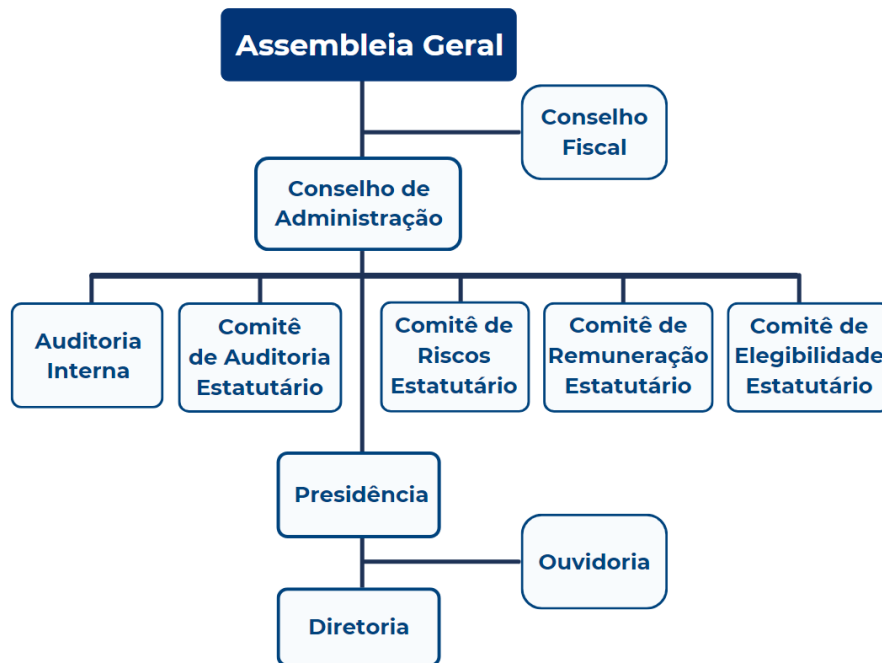


GOVERNANÇA





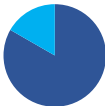

- ✓ Atuação do Grupo de Trabalho – GT de **Modernização da Classificação de Agências**, com a estruturação de ações e indicadores socioambientais que irão medir a eficiência do processo de Classificação de Agências por Nível, alinhando às melhores práticas de mercado e às demandas regulatórias e sociais, bem como demais diretrizes correlatas ao tema e a avaliação do mercado financeiro, que se utiliza de práticas mais abrangentes, incluindo indicadores de impacto social, inovação e eficiência operacional (não financeiros).
- ✓ Enfoque aos **projetos** acompanhados pelo **GT da COP30**, que envolvem: financiamento de veículos sustentáveis, crédito para o turismo e outros negócios, câmbio, etc.
- ✓ Execução do **Plano de Comunicação de Riscos e Responsabilidade Socioambiental**, com diretrizes para a comunicação interna e externa de temas ASG, visando acultramento e alinhamento à PRSAC. Foram divulgados informativos sobre a COP30 e demais temas ASG.

Governança Corporativa

O Banpará está aderente às melhores práticas de mercado e legislações vigentes, no que se refere à sua estrutura de Governança Corporativa. Para isso, a Instituição conta com uma estrutura sólida e bem definida, composta da seguinte forma:

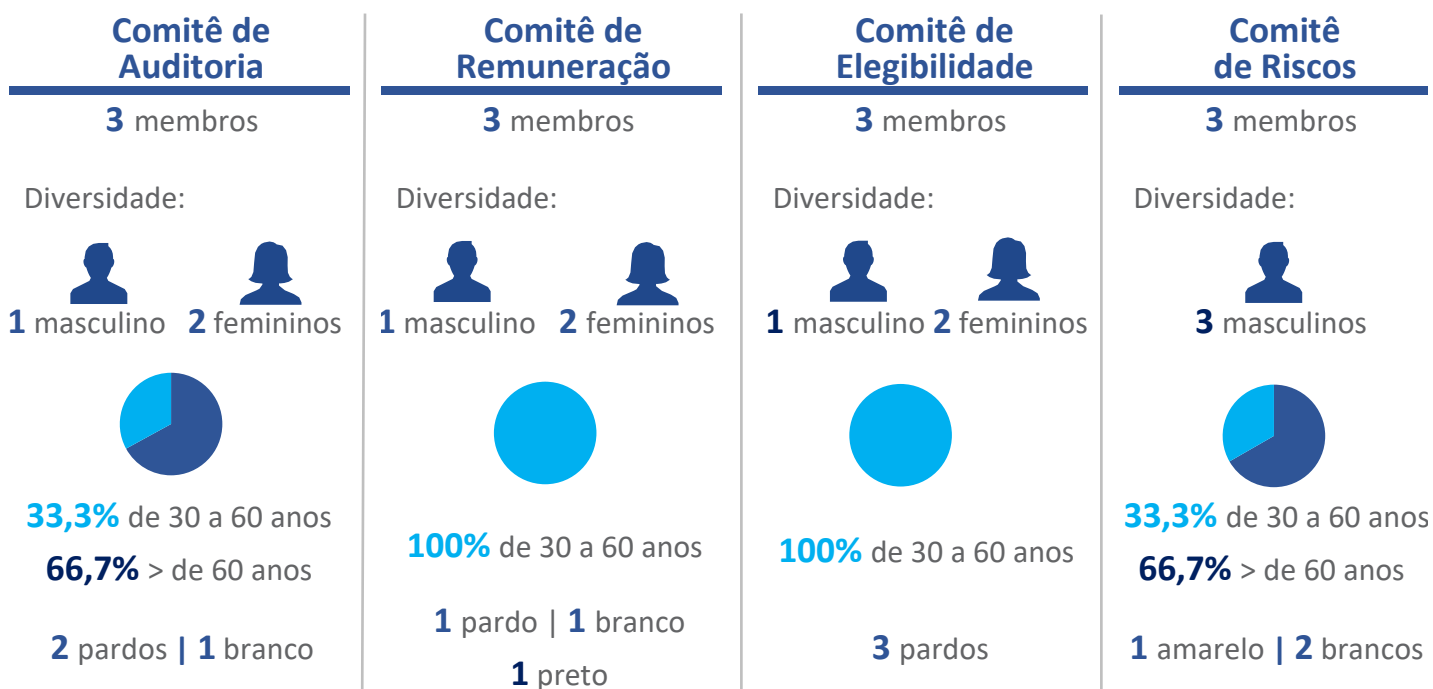


O Banpará é administrado por um Conselho de Administração - eleito e destituível pela Assembleia Geral – e por uma Diretoria Colegiada, eleita e destituível pelo Conselho de Administração. Além disso, como destaque no 2T2025, e reforçando o compromisso com a conformidade legal e com a promoção da diversidade de gênero nos órgãos de governança, o Banco elegeu uma mulher para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal. A medida demonstra o alinhamento da instituição às boas práticas de governança corporativa e de ASG (diversidade e inclusão).

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
8 membros	6 membros	3 membros efetivos
25% independentes	100% funcionários de carreira	1 membro suplente
Diversidade:	Diversidade:	Diversidade:
 5 masculinos 3 femininos	 3 masculinos 3 femininos	 3 masculinos 1 Feminino
		
25% de 30 a 60 anos	83,3% de 30 a 60 anos	50% de 30 a 60 anos
75% > de 60 anos	16,7% > de 60 anos	50% > de 60 anos
3 pardos 5 brancos	4 pardos 2 brancos	1 pardo 3 brancos



A Companhia, ainda, dispõe de quatro Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração, denominados: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Elegibilidade e Comitê de Riscos.



Informações adicionais sobre Governança Corporativa estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores do Banpará (ri.banpara.b.br – Seção Governança Corporativa).

Relação com Investidores

O Banpará possui o setor de Relações com Investidores (RI) que exerce papel estratégico na transparência e credibilidade institucional, assegurando a divulgação clara e tempestiva de informações financeiras e operacionais. Sua atuação fortalece o relacionamento com investidores, acionistas e o mercado, contribuindo para a captação de recursos, valorização institucional e crescimento sustentável.

Em um ambiente competitivo, a atuação eficiente do setor de RI se consolida como pilar da governança corporativa e da confiança junto aos *stakeholders*, promovendo um ambiente de negócios mais estável e atrativo.

Como parte desse compromisso, o Banco mantém um *site* voltado ao relacionamento com os investidores e o mercado em geral, acessível por meio do endereço: <https://ri.banpara.b.br/>.



Ratings

AGÊNCIA	DATA	ESCALA	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	PERSPECTIVA
MOODY'S	Jul/25	Local	AA-.br	ML A-1.br	Estável
	Jul/25	Global	Ba2	NP	Estável
STANDARD & POOR'S	Ago/24	Local	BrAA+	BrA-1+	Estável
	Ago/24	Global	BB-	B	Estável

Composição Acionária

O Capital Social do Banpará, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no país e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

ACIONISTAS	QTDE.	%
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PRE MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores*	17	0,0002%
Demais Acionistas	1.444	0,0152%
TOTAL	9.521.649	100%

* base: 05/08/2025, considerando posse da Diretora de Tecnologia.

Controles Internos e Compliance

No 2T2025, o Banco concentrou esforços no fortalecimento da governança corporativa e no apoio à tomada de decisão. Dentre as principais entregas, destacam-se:

- ✓ **Relatório Anual de Conformidade, elaborado em atendimento à Resolução nº 4.595/2017 do Banco Central do Brasil:** O documento apresenta uma visão consolidada das atividades da função de compliance realizadas ao longo de 2024, com foco na avaliação dos riscos regulatórios, monitoramento de indicadores, recomendações e ações implementadas para o aprimoramento dos controles internos e o fortalecimento da conformidade. A iniciativa reafirma o compromisso do Banpará com a integridade, a segurança regulatória e as melhores práticas de governança corporativa.
- ✓ **Conclusão da atividade de testes dos controles:** durante o 1T2025 e o 2T2025 o total de 7 (sete) processos que apresentaram riscos residuais “ALTO” e “CRÍTICO” na atividade de mapeamento dos controles e tiveram controles fragilizados identificados durante a aplicação da autoavaliação. Nos casos em que houve a identificação de controles fragilizados (com riscos acima do apetite), foram

elaboradas recomendações que já foram tratadas com os gestores por meio da implementação de planos de ação, os quais seguem sendo monitorados pela área de controle em conjunto com as áreas envolvidas;

✓ **Confecção do Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação de PLD-FT, base 2024, pela área de controle interno e de compliance:** o relatório apresenta as medidas de controle e os planos de ação implementados pela área gestora de PLD-FT em resposta recomendações do Relatório de Avaliação de Efetividade da Política de PLD-FT, elaborado no 1T 2025, conforme estabelecido pela Carta Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020;

✓ **Realização do Relatório de Custódia de Valores Mobiliários 2024:** esse documento tem como objetivo demonstrar as informações relativas à custódia de valores mobiliários, mantidos pelo Banco do Estado do Pará – Banpará, em conformidade com a regulamentação e autorização da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a prestar serviços de custódia, abrangendo a conservação, controle e conciliação de valores mobiliários.

✓ **Elaboração da Metodologia do Relatório Anual de Controles Internos:** A metodologia é baseada nos objetivos, componentes e princípios do COSO 2013 (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), na Resolução CMN nº 4.968/2021 e é avaliada com base em dados qualitativos, onde é realizada a aplicação de um *checklist* contendo assertivas distribuídas entre os aspectos relacionados aos cinco componentes. A avaliação da efetividade do sistema de controles internos é baseada nas respostas e evidências fornecidas pelas áreas de primeira e segunda linha avaliadas por métricas de Grau de Controle Interno avaliadas pela Administração de acordo com o grau das respostas e evidências fornecidas.

✓ **Atualização de procedimentos voltados a Prevenção a Lavagem de Dinheiro:** Foram estabelecido e normatizados no Manual De Normas e Procedimentos de Conheça Seu Funcionário, Parceiro, Fornecedor e Prestador de Serviços Terceirizados, procedimentos destinados aos Leiloeiros.

INVESTIMENTOS EM CULTURA DE CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

✓ No período de 14/04/2025 a 20/05/2025, parte da equipe de controles internos do Banco participou do curso preparatório e realizou exame de certificação FBB800 de Especialista em Controles Internos, ministrado pela INFI FEBRABAN. Essa iniciativa demonstra o investimento da Instituição Banpará na disseminação da cultura de controles internos e o engajamento dos funcionários participantes aprovados no aperfeiçoamento das suas atribuições.

✓ As equipes de PLD e Integridade participaram do treinamento de PLD em BETS, ministrado pela INFI FEBRABAN, e obtiveram como principal resultado o aumento da capacidade da equipe em identificar, analisar e reportar operações suspeitas envolvendo apostas esportivas (BETS), promovendo maior efetividade na prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo nesse segmento.


✓ Divulgação da cartilha do programa de integridade a todas as unidades da instituição, conforme boas praticas previsto no Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais.

Recursos Humanos

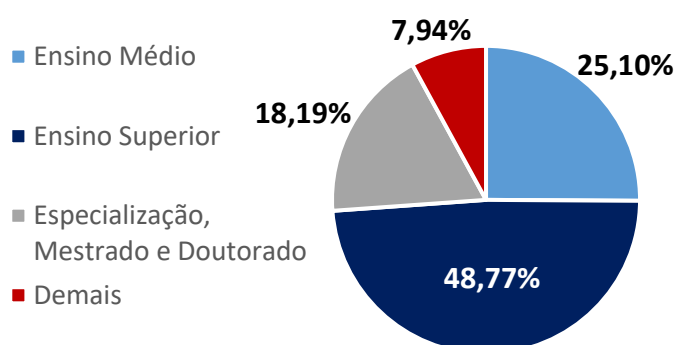
No 2T2025, o Banco intensificou as ações voltadas ao desenvolvimento e valorização dos funcionários, promovendo uma cultura de *feedback* contínuo e criando oportunidades reais de crescimento. Entre os destaques, estão: o recrutamento externo com a homologação do concurso público com vistas a atender às necessidades de suprimento de pessoal do Banco; a avaliação de condutas funcionais para garantir um ambiente de trabalho seguro e livre de práticas condenáveis; avaliação de desempenho *trainee* incentivando a ascensão profissional e melhor produtividade na carreira; aumento das oportunidades de ascensão de carreira através de Processos Seletivos Internos; *feedback* da área de carreira para melhor intermediação de conflitos; e o estudo para atualização das gratificações de função, visando a valorização do funcionário.

 **2.606**
Funcionários

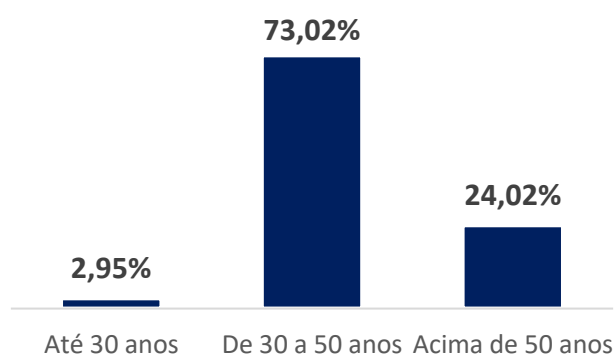
 **67%**
Possuem graduação ou especialização

 **73%**
Com idade entre 30 a 50 anos

Escolaridade



Faixa Etária

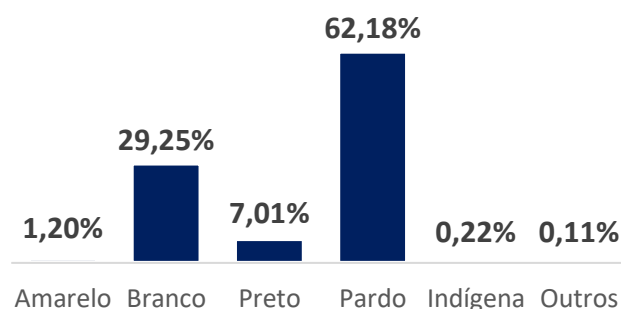


Diversidade nos cargos de liderança:

42% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.



Líderes por Raça



Educação Corporativa:

No 2T2025, várias estratégias foram adotadas para garantir a educação corporativa no Banpará, com destaque para:



PROGRAMA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE) - Educação corporativa com atuação estratégica, beneficiando 52 empregados no 2T2025. Essa iniciativa fortalece a atuação Banpará

diante da realização da COP 30, alinhando-se às diretrizes estratégicas e às políticas governamentais do Estado do Pará.



PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LÍDERES - Acompanhamento do Desenvolvimento de Lideranças, com objetivo de capacitar todos os empregados que exercem funções gerenciais. O programa iniciado no 4T2024, foi concluído no 2T2025, com a realização de mais 9 turmas nos meses de abril e maio, totalizando 251 empregados participantes

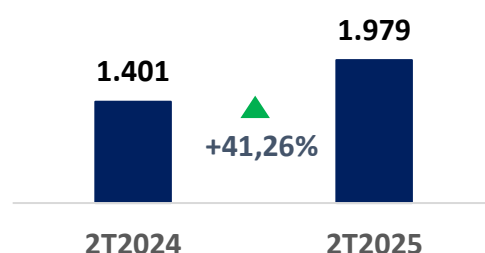


PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDEB) - Oportunizou a oferta de vagas no Programa de Curso de Graduação – PCG, com 41 empregados contemplados e no Programa de Curso Pós-graduação – PPG, com 19 contemplados, refletindo maior investimento em formação acadêmica.



PLANO ANUAL DE TREINAMENTO (PAT) - Ao longo do 2T2025, foram ofertadas 205 vagas por meio do PAT, totalizando 29 capacitações. Comparativamente ao 2T2024, houve um crescimento expressivo no número de vagas disponibilizadas pelo PAT no 2T2025, passando de 1.401 para 1.979, aumentando 41,29% em um ano, o que representa um incremento de 77% no número de empregados capacitados

N.º de vagas - PAT



CAPACITAÇÕES CONTINUADAS – O Banco promoveu, ao longo do 2T2025, ações de capacitação continuada com impacto expressivo na qualificação de seus colaboradores. Destacam-se, pela relevância estratégica e funcionários beneficiados, os seguintes cursos:

- **Relacionamento Interpessoal no Trabalho** – 554 empregados capacitados;
- **Curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais)** – 72 empregados capacitados, representando um crescimento de 140% em relação ao trimestre anterior, reforçando o compromisso institucional com a inclusão e a acessibilidade;
- **Curso Trilha de Carbono** – 997 empregados capacitados no 2T2025, um aumento de 151% em comparação ao 1T2025, evidenciando o fortalecimento das ações voltadas à sustentabilidade e à agenda climática.

Essas iniciativas demonstram o impacto positivo das ações formativas na construção de uma cultura organizacional mais preparada, inclusiva e alinhada aos desafios contemporâneos.

Dessa forma, o Banpará segue investindo no desenvolvimento de seus talentos, fortalecendo sua atuação institucional e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e inovadora.



PROGRAMA DE CERTIFICAÇÕES LEGAIS (ANBIMA/ABECIP/CEA) - No 2T2025, foram certificados 23 empregados em certificações de relevância para o setor financeiro, reforçando o compromisso institucional com a qualificação técnica e a conformidade com as exigências regulatórias do mercado.



EVENTOS E PARTICIPAÇÕES EM CONGRESSO - Incentivo que contribuiu para o aprimoramento técnico e estratégico dos empregados, com a participação institucional em eventos e congressos de relevância nacional e internacional.



Saúde do Trabalho:

No 2T2025, destacaram-se as seguintes campanhas e ações preventivas em relação à Saúde Corporativa dos funcionários do Banco:

- *Web palestra: Autismo: Conhecer para entender, acolher e incluir.*
- *Web palestra: Quando nos conscientizamos todas as peças se encaixam.*
- *Web palestra: Prevenção e Controle da Hipertensão.*
- *Web palestra: Fibromialgia e Fadiga Crônica: Da Compreensão ao Cuidado.*
- *Web palestra: Impactos da Alimentação na Saúde Mental;*
- *Doação de Sangue: Dia "D" de Doação de Sangue Banpará - Alusivo ao Junho Vermelho.*

Tecnologia

O Banpará tem trabalhado na implementação de diversas melhorias e novas funcionalidades em seus sistemas e serviços, visando otimizar processos e aprimorar a experiência de seus clientes e colaboradores. As principais novidades e seus resultados incluem:

- **Pix Cobrança:** A implementação do Pix Cobrança resultou na Arrecadação Estática (Cosampa), simplificando e agilizando o recebimento de valores.
- **Saque de Moeda Estrangeira nos ATMs:** Houve a expansão da utilização no SPA Caixa para a compra e venda de moeda estrangeira por operadores de caixa, com integração ao sistema Exchange de Câmbio. Essa funcionalidade está disponível em agências selecionadas e visa facilitar as operações de câmbio.
- **Melhorias dos Fluxos da Senha de 08 Dígitos:** Foram realizadas diversas melhorias, incluindo o Cadastro de Senha Internet PF no SPACaixa, o Desbloqueio de Senha Internet PF via SPAWeb e a otimização do Fluxo de Habilitação no CRM, tornando o gerenciamento da senha mais eficiente e seguro.
- **INSS - Processamento:** A atualização tecnológica e o processamento automatizado via Control-M no INSS contribuíram para maior agilidade e eficiência nas operações.
- **Limite Transação Extra Caixa:** Agora, o gestor pode configurar limites para os históricos via SPAWEB, impactando apenas as transações de Extra Caixa no SPA Caixa, oferecendo maior controle e flexibilidade.
- **Utilização dos Serviços (Módulo de Campanha, SMS e Push Notification) via CRM:** Foram implementadas 31 funcionalidades para automatizar o uso do sistema pelo gestor, otimizando as campanhas e a comunicação com os clientes.
- **Automatização do Processo de Gestão de Demandas na Ouvidoria - CRM 3.0:** Resultou no serviço de notificação por e-mail para as novas caixas de e-mail do Banpará, agilizando



o atendimento e a resolução de demandas da ouvidoria.

- **Inclusão de Novas Funcionalidades no CRM 3.0:** Houve a implementação de dados em comprovantes do CRM, enriquecendo as informações disponíveis.
- **OPEN FINANCE_API Pagamento Automático V2:** A implantação das estruturas de APIs para pagamentos automáticos via Open Finance representa um avanço significativo na interoperabilidade e agilidade das transações financeiras.
- **Empréstimo Consignado III SEPLAD:** Esta implementação possibilita que os funcionários do Banpará contratem até três empréstimos consignados, oferecendo maior flexibilidade financeira.
- **Implantação de 02 Novas Linhas do FUNGETUR no PD_DESENV:** Acompanhada da disponibilização de **relatórios de acompanhamento**, essa novidade permite um melhor controle e monitoramento das novas linhas de financiamento.
- **Integração - SCC NEOCONSIG:** A recomposição automática de margem no SCC na liquidação antecipada de contratos simplifica e agiliza os processos de empréstimo.
- **Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos:** A implantação da linha de financiamento de veículos sustentáveis demonstra o compromisso com a sustentabilidade e a oferta de produtos alinhados às novas demandas do mercado.

Essas implementações reforçam o compromisso do Banpará em inovar e modernizar seus serviços, buscando sempre maior eficiência, segurança e satisfação para seus clientes e parceiros.

Marketing

No 2T2025, o Banpará intensificou suas estratégias de monitoramento, incorporando à análise o engajamento e a reação do público nas redes sociais. Neste período, o Banco seguiu com ações de divulgação de produtos financeiros voltados a diferentes perfis de clientes, com destaque para soluções sustentáveis e inclusivas. Também investiu em patrocínios de projetos voltados ao esporte e ao fortalecimento da cultura regional, além de promover a inauguração do Espaço COP 30.

Desde o 1T2025, o Banpará tem adaptado suas estratégias de marketing digital, com foco na sustentabilidade, inclusão, segurança e soluções financeiras personalizadas. Intensificou a divulgação de produtos como Energia Solar, Credtemporada, Orientações financeiras e de prevenção à fraude, mantendo sua comunicação de maneira segmentada e baseada em dados, desenvolvendo campanhas personalizadas e direcionadas aos perfis de clientes.

No 2T2025, direcionou campanhas publicitárias para a divulgação de produtos diversos, como Cartão Afinidade, LCI, Microcrédito Banpará Bio, Poupança, Energia Solar, Recuperação de Crédito, Consignado e Banparacard.

Durante o 2T2025, o Banpará reforçou seu papel como agente promotor do desenvolvimento social, apoiando eventos que contribuíram para a preservação das tradições locais e o estímulo à economia criativa. Mais de 20% do orçamento total de patrocínios foi direcionado a iniciativas culturais, reafirmando o compromisso com a valorização do patrimônio imaterial do Pará.



No que tange aos patrocínios, o Banpará destinou recursos a entidades filantrópicas e a projetos nas áreas de cultura, fomento e esporte, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento social e o estímulo à economia local em diversos municípios paraenses.

No campo social, mantiveram-se vigentes doações para instituições como Casa do Menino Jesus, Fazenda da Esperança, Espaço Nova Vida e Ação Sorriso, reforçando o compromisso do Banco com iniciativas voltadas à assistência e acolhimento.

No segmento esportivo, o Banco destinou mais de 60% dos recursos ao fomento do esporte, com destaque para o patrocínio aos principais clubes paraenses que participam do Campeonato Brasileiro – Série B, fortalecendo o futebol local e ampliando a visibilidade da marca Banpará em nível nacional.

Essas iniciativas demonstram que o Banpará atua estrategicamente para além de suas atividades bancárias, cumprindo sua missão institucional de promover o desenvolvimento do Estado, com foco na valorização das pessoas, da cultura e do esporte paraense.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banpará atua como instância final de atendimento aos clientes e usuários, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar. Atua com prazos normativos de:

- **10 dias úteis** – Resolução CMN nº 4.860/2020 (geral); ou
- **20 dias corridos** – Em atendimento a assuntos relacionados à Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

A Ouvidoria possui um papel de interlocução com as entidades reguladoras, internalizando assuntos sensíveis que afetam diretamente o consumidor, especialmente sua capacidade de pagamento dos compromissos mensais (superendividamento) e a subsistência da sua dignidade humana, mediando situações de conflitos e propondo melhorias para a gestão dos produtos/serviços, inclusive com participações em discussões sobre temas relevantes com o Banco Central e Defensoria Pública.

Como parte importante no processo de relacionamento com o cliente, busca engajamento das equipes internas, conduz o tratamento das manifestações nos prazos normatizados com escuta ativa, análise solutiva e respostas conclusivas aos demandantes, gerando valor para a Instituição e sendo pilar na retenção e fidelização do cliente.

Dessa forma, considerando ser um importante mecanismo de resolutividade, a Ouvidoria auxilia na melhoria contínua das ações de relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços, levando ao conhecimento das unidades de retaguarda, os temas relevantes que geraram reclamações, analisando e apontando possibilidades de melhorias nos processos, fluxos, produtos e serviços Institucionais.



Atuação:

No 2T2025, foram analisadas 654 demandas, sendo:

188
Procedentes

461
Improcedentes

5 **Procedentes** não solucionada no prazo normatizado, sendo classificada posteriormente como solucionada.

No 2T2025, **378** demandas foram atendidas em até 5 dias úteis, alcançando o percentual de cumprimento desse prazo em **57,80%**.

As demandas julgadas procedentes, solucionadas, são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco, por meio de proposições nos Relatórios mensais e semestrais, que posteriormente podem converter em planos de ação objetivando melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

A Ouvidoria tem atuado ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, proporcionando respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banpará com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Auditoria Interna

O Banpará possui uma Unidade específica de auditoria interna, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, a qual exerce atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, estruturada para adicionar valor e auxiliar a instituição no alcance dos objetivos estratégicos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, relativos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles.

Em consonância com os dispositivos contidos na Resolução CMN nº 4.879/2020, no desempenho das atividade de auditoria interna são avaliados, no mínimo: i) a efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, considerando os riscos atuais e potenciais riscos futuros; ii) a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais; iii) a observância ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da instituição; iv) a salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas com a função financeira da instituição; e v) as atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições de supervisão.



Auditoria Independente

A auditoria independente tem a atribuição de emitir opinião se as demonstrações financeiras e os relatórios corporativos preparados pela administração representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, observadas as regulações aplicáveis. Os serviços de auditoria independente são essenciais para a proteção dos usuários das demonstrações financeiras e contribui para o funcionamento do mercado de valores mobiliários à medida que colabora para o fortalecimento da confiança nas relações entre as entidades auditadas e os usuários das demonstrações. No Banpará, esse serviço é prestado pela empresa FORVIS MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES.

Agradecimentos

As realizações alcançadas no 2º trimestre de 2025 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélo

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretores

Amanda da Silva Soares

Graciele Silva de Sousa Galvão

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Vando Vagner Soares Ferreira

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Paula Alcantara Bastos Martins



BPAR

B3 LISTED

Demonstrações Financeiras **1S2025**

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

CNPJ/MF N° 04.913.711/0001-08

NIRE 15300000114



Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL
RELATIVO A 30 DE JUNHO DE 2025
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	30.06.2025
Disponibilidades	3	277.579
Ao Custo Amortizado		18.385.605
Aplicações Interfinanceiros de Liquidez	4	536.776
Títulos e Valores mobiliários	5	1.758.194
Relações Interfinanceiras	6	746.640
Operações de Crédito	7	15.139.257
(-) Provisão para Perda Esperada	7	(552.652)
Outros Créditos	8	762.409
(-) Provisão para Perda Esperada p/Outros Créditos	8	(5.019)
Ao Valor Justo Por meio de Outros Resultados Abrangentes		64.938
Títulos e Valores mobiliários	5	64.938
Ao Valor Justo Por meio do Resultado		149
Derivativos	5	149
Outros Ativos		12.099
Ativos Fiscais Diferidos	22	459.289
Investimentos		28
Imobilizado de Uso	9	314.543
Intangível	9	281.073
Depreciações e Amortizações	9	(280.768)
(Depreciações Acumuladas)		(189.614)
(Amortizações Acumuladas)		(91.154)
Total do Ativo		19.514.535

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
RELATIVO A 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	NOTA	30.06.2025
Ao Custo Amortizado		16.711.452
Depósitos à Vista	10	1.083.409
Depósitos a Prazo	10	10.346.091
Depósitos Interfinanceiro	10	419.991
Depósitos Poupança	10	1.994.573
Captação no Mercado Aberto	10	732.358
Relações Interfinanceiras	11	138.040
Emissão de Títulos	12	1.682.480
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	314.510
Provisões	14	226.969
Provisão para Pagamentos a Efetuar	14	163.525
Provisão para Contingências	14 e 16	63.444
Obrigações Fiscais		19.118
Corrente		9.802
Diferido	22	9.316
Outras Obrigações	15	321.320
Patrimônio líquido	17	2.235.676
Capital Social		1.881.601
Reserva de Lucro		227.191
Outros Resultados Abrangentes		9
Lucros Acumulados		126.875
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		19.514.535

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração de Resultado



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
RELATIVO AO 2º TRIMESTRE DE 2025 E ACUMULADO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de Reais)

	NOTA	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Receita da intermediação financeira		930.344	1.792.715
Operações de crédito	7.4	835.647	1.627.147
Res.aplicações interf. e operações com TVM	4 e 5	80.383	138.361
Resultado das aplicações compulsórias		14.314	27.207
Despesas da intermediação financeira		(498.359)	(970.789)
Operações de captação no mercado	10	(378.338)	(706.433)
Operações de empréstimo/repasse		(9.216)	(14.911)
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	7.2	(110.805)	(249.445)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		431.985	821.926
Resultado de Operações de Câmbio		(9.840)	(6.064)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(325.424)	(649.230)
Receitas de prestação de serviços	23.3	47.017	89.033
Rendas de tarifas bancárias	23.4	11.135	22.560
Despesas de pessoal	23.5	(201.957)	(410.026)
Outras despesas administrativas	23.6	(154.880)	(304.140)
Despesas tributárias	23.7	(31.565)	(62.783)
Outras receitas operacionais	23.1	16.702	36.350
Outras despesas operacionais	23.1	(11.876)	(20.224)
Reversões/(Despesas) de Prov. com Ações Judiciais	23.1	4.115	304
Resultado Operacional		100.836	166.936
Outras receitas e despesas	23.2	(1.325)	(1.417)
Resultado antes dos tributos e participações		99.511	165.519
Imposto de renda e contribuição social		(17.725)	(17.861)
Corrente	22	(65.046)	(128.562)
Diferido		47.321	110.701
Participações no lucro		(14.147)	(22.028)
Empregados – Lei nº 10.101, de 19.12.2000.		(14.173)	(21.782)
Administradores – Lei nº 6.404, de 15.12.1976.		26	(246)
Resultado Líquido		67.639	125.630
Resultado Líquido Básico por ação (R\$)		7,1037	13,1941

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
RELATIVO AO 2º TRIMESTRE DE 2025 E ACUMULADO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de Reais)

	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Resultado Líquido no período	67.639	125.630
Ativos financeiros a valor justo (Res 4.966/21)	4.484	4.089
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	(1.567)	(1.567)
Lucro Abrangente	70.540	128.122
Lucro Abrangente das Part. dos não controladores	16	30

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
RELATIVO A 30 DE JUNHO DE 2025
 (Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Social	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 01.01.2025	1.881.601	208.788	18.403	-	(2.512)	-	2.106.280
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN 4.966 (1)	-	-	-	-	-	1.245	1.245
Lucro do Período	-	-	-	-	-	125.630	125.630
Destinações:							
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(1.568)	-	(1.568)
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	4.089	-	4.089
Saldo em 30.06.2025	1.881.601	208.788	18.403	-	9	126.875	2.235.676

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(1) composto, substancialmente, pelos efeitos de adoção do novo modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
RELATIVO A 30 DE JUNHO DE 2025
 (Em milhares de Reais)

	01.01 até 30.06.2025
Lucro Antes dos Impostos e Participações	165.519
Ajustado por:	
Ajuste de exercícios anteriores	1.245
Ajuste de avaliação atuarial	(1.568)
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.089
Depreciação/Amortização	28.659
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	249.444
Constituição/(Reversão) de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(6.432)
Perda de Imobilizado	8
Efeito das Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(18.221)
Lucro Antes dos Impostos e Participações Ajustado	422.743
Variação de Ativos e Obrigações	(194.048)
(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(15.247)
(Aumento)/Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(104.433)
(Aumento) em Operações de Crédito	(1.223.666)
(Aumento) em Outros Créditos	(275.442)
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	317
Redução em Relações Interfinanceiras/Interdependências	66.958
Aumento em Recursos Aceites financeiras	340.268
Aumento em Depósitos	1.524.604
(Redução) em Obrigações por Operações Compromissadas	(567.591)
(Redução)/Aumento em Obrigações por repasse no País	(9.786)
Aumento em Obrigações por Empréstimo	35.591
Aumento em Outras Obrigações	49.386
Impostos e contribuição social Pagos	(15.007)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	228.695
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Títulos e Valores Mobiliários	2.766
Aquisição de Imobilizado de Uso	(37.653)
Aquisição de Intangível	(25.209)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(60.096)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	168.599
Início do Período	220.764
Efeito das Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	18.221
Fim do Período	407.584
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	168.599

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
RELATIVO A 30 DE JUNHO DE 2025
 (Em milhares de Reais)

01.01 até 30.06.2025

1 – RECEITAS	1.824.798
Intermediação financeira	1.786.651
Prestação de serviços	111.593
Perda Esperada	(249.445)
Outras Receitas	175.999
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(721.344)
Captação	(706.433)
Obrigação por Empréstimos e Repasses	(14.911)
3 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(288.784)
Materiais, energia e outros	(14.874)
Serviços de terceiros	(238.318)
Outras Despesas	(35.592)
4 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	814.670
5 – RETENÇÕES	(28.659)
Amortização	(24.037)
Depreciação	(4.622)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO	786.011
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	786.011
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	786.011
8.1 – Pessoal	375.750
Remuneração direta	273.991
Benefícios	81.148
FGTS	20.611
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	262.342
Federais	255.466
Estaduais	6
Municipais	6.870
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	22.289
Aluguéis	22.289
8.4 - Remuneração de capitais próprios	125.630
Lucros retidos no período	125.630
8.5 – Valor Adicionado distribuído	786.011

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas 1S2025

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB nº 2/2020, e os novos requerimentos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. Para a contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções das normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;

CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;

CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;

CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020; e

CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar

em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Títulos e valores mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisões, ativos e passivos contingentes;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e

Nota Explicativa nº 22 – Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido.

Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários que contêm ativos classificados como a valor justo por meio do resultado e por meio de resultados abrangentes, que são avaliados pelo valor justo.

Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Adoção de Novas Normas

O Banpará adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição:

a) Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e BCB nº 352, de 2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros. Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destacam-se: ativos financeiros que passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio do Banco e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);

- b)** As receitas e os encargos atrelados diretamente à originação de instrumentos financeiros são apropriados no resultado do período, pró rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original;
- c)** Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações entram em atraso por prazo superior a 90 dias e que são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- d)** A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
- e)** Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
- f)** Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que o Banco não tem mais expectativa de recuperação;
- g)** Instruções Normativas BCB nº 493 a 500, de 2024: Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas contábeis divulgadas por tais instruções.
- h)** Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: estabelece o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, essas instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas em operações inadimplidas e em operações com pessoas jurídicas em processo falimentar ou de recuperação judicial. A lei define critérios específicos para a dedução dessas perdas, incluindo a aplicação de fatores de ajuste baseados no tempo de inadimplência e na natureza das garantias associadas aos créditos. A realização dos créditos tributários provenientes das diferenças temporárias de provisões indedutíveis, demonstrada na nota explicativa 22, ocorrerá quando esses créditos atingirem atraso acima de 90 dias e quando houver a

reversão das referidas provisões, dado que os critérios de dedutibilidade estabelecidos pela lei 9.430/96, aplicáveis as instituições financeiras e utilizados anteriormente para mensurar a realização desses créditos, foram revogados. Adicionalmente, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Por fim, o Banpará poderá optar, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por efetuar as deduções de que trata o caput deste artigo, à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. A tabela a seguir apresenta a reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	31.12.2024	Adoção da 4.966	01.01.2025
Aplic. Interf. e Tit. e Val. Mobiliários	2.113.139	(87)	2.113.052
Operações de Crédito	14.206.586	656	14.207.242
PASSIVO	31.12.2024	Adoção da 4.966	01.01.2025
Outras Obrigações	258.236	676	258.912

Patrimônio Líquido em 31.12.2024	1.908.309
Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(215)
Perda Esperada Associada com Aplic. Interf. e Tit. e Val. Mobiliários	(87)
Stop Accrual	465
Ajuste Operações de Câmbio	1.082
Patrimônio Líquido em 01.01.2025	1.909.554

O Banco seguiu as diretrizes do Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensa a apresentação comparativa nas demonstrações financeiras de 2025 em relação aos períodos anteriores.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 14 de agosto de 2025.

2.2. Principais Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, na data da negociação. O Banco efetua a baixa de um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- For transferido e a transferência se qualificar para a baixa nos termos definidos, ou
- Baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, caso não haja expectativas razoáveis de sua recuperação. Estudos realizados para as carteiras do Banco demonstram que a partir de uma quantidade de atraso, a depender da carteira, o percentual de recuperabilidade se estabiliza, sendo, portanto, baixados para prejuízo.

Quando um ativo financeiro é renegociado ou de outro modo modificado, o seu valor contábil bruto é recalculado para refletir os novos fluxos de caixa da operação, sem que ocorra a baixa desse ativo financeiro.

Classificação de ativos e passivos financeiros

A classificação de Ativos Financeiros ocorre tanto pelo modelo de negócios, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ).

Com base nesses dois critérios, os ativos serão classificados como:

- **Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA):** ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR):** ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo no resultado, de forma irrevogável, com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis.
- **Modelos de Negócios:** representam a maneira como os ativos financeiros são administrados, considerando: i) os riscos que influenciam o desempenho do modelo de negócio; ii) a forma de remuneração dos gestores do negócio; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.
- **Teste SPPJ:** análise dos fluxos de caixa contratuais para determinar se consistem apenas em pagamento de principal e juros, que devem ser representados pela contraprestação do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro. Caso não se enquadre nessa definição, o ativo financeiro não passa no Teste SPPJ e, conseqüentemente, é classificado na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado.

Os instrumentos patrimoniais, representado pelas cotas de fundos de investimento não atendem ao Teste SPPJ e são classificados na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado, exceto quando o modelo de negócio tenha o objetivo diferente de

negociação, sendo, portanto, designado, irrevogavelmente, a Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes.

Classificação de ativos e passivos financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados a custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** incluem derivativos e passivos financeiros originados de contratos de empréstimos ou aluguel de ativos financeiros.
- **Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar:** avaliados levando em conta a provisão para perdas de crédito esperadas.
- **Garantias Financeiras:** mensuradas pelo maior valor entre: (i) a provisão para perdas de crédito esperadas; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial, subtraído do valor acumulado da receita.

Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou a valor justo em outros resultados abrangentes são reconhecidos por meio da taxa efetiva de juros (TJE), que é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A TJE considera as receitas recebidas e, os custos de transação pagos, relacionados à aquisição ou originação dos instrumentos financeiros.

Taxa de Juros Efetiva – Metodologia Diferenciada

O Banco optou por adotar a metodologia diferenciada para reconhecimento das receitas e despesas relacionadas aos custos de transação em operações de crédito e demais operações com característica de operações de crédito. Essa metodologia, consiste em:

- Apropriação de receitas no resultado do período, *pro rata temporis*, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual original; e

- Apropriação linear de receitas e despesas relacionadas aos custos de transação e outros valores recebidos na originação ou emissão do instrumento financeiro, conforme as características do contrato.

A apropriação de juros deixa de ser reconhecida quando um instrumento financeiro se torna um ativo com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando apresenta atraso superior a 90 dias no pagamento de principal de juros, ou quando há evidências de redução significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou colaterais.

Mensuração a valor justo

Os instrumentos financeiros classificados como valor justo no resultado ou valor justo em outros resultados abrangentes são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços. A valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de:

- Receita ou despesa, no resultado do período, para instrumentos financeiros classificados como valor justo no resultado.
- Outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, para ativos financeiros classificados como valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ganhos ou perdas não realizadas em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado quando o ativo é baixado totalmente, ou parcialmente, na proporção equivalente, exceto para os instrumentos patrimoniais designados a valor justo em outros resultados abrangentes, de forma irrevogável, no reconhecimento inicial. Neste caso, a transferência dos ganhos ou perdas é realizada para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Hierarquia do Valor Justo

A mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros é realizada com base em uma hierarquia que classifica os dados utilizados no processo de avaliação em três níveis distintos. Essa hierarquia visa garantir a consistência e a comparabilidade das avaliações, promovendo a transparência nas divulgações contábeis. A seguir,

detalhamos os três níveis da hierarquia de valor justo:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas em bolsas de valores e cotas de fundos de investimentos com alta liquidez.

Nível 2: Dados observáveis no mercado, utilizados em técnicas de precificação e podem incluir preços de ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços de ativos ou passivos idênticos em mercados não ativos, ou outras informações de mercado observáveis. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos com menor liquidez.

Nível 3: Dados não observáveis no mercado, utilizados em técnicas de avaliação que requerem premissas e estimativas. Esses dados são baseados em informações internas do banco e refletem as melhores estimativas da administração sobre as premissas que os participantes do mercado utilizariam na determinação do valor justo. Incluem instrumentos financeiros complexos e ativos ilíquidos.

Para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, incluindo derivativos não negociados em mercados ativos, o valor justo é calculado utilizando técnicas de avaliação baseadas em premissas de mercado. As principais premissas incluem dados históricos, transações similares, taxas de desconto e fluxos de caixa futuros descontados a valor presente.

Perda Esperada

O Banco constitui provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito utilizando a metodologia completa, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 para:

- Ativos financeiros, exceto instrumentos patrimoniais de outras entidades, ativos classificados na categoria valor justo por meio do resultado, mensurado no nível 1 da hierarquia de valor justo (com exceção de títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) e instrumentos financeiros derivativos;
- Garantias financeiras prestadas;

- Compromissos de crédito e créditos a liberar.

A mensuração da provisão considera como base de cálculo o valor contábil bruto dos ativos financeiros.

Classificação de Instrumentos Financeiros por Estágios

O Banco classifica seus instrumentos financeiros em três estágios, conforme descrito a seguir:

Primeiro estágio: quando os instrumentos financeiros não apresentam um aumento significativo no risco de crédito, desde o seu reconhecimento inicial, ou quando o risco de crédito diminuiu significativamente. A perda é calculada para os próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento.

Segundo estágio: quando um instrumento financeiro demonstra um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, ou quando um instrumento financeiro deixou de ser um ativo problemático, mas o risco de crédito não diminuiu significativamente. A perda é calculada para todo o prazo esperado do ativo financeiro.

Terceiro estágio: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito.

d. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

f. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; veículos 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

g. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

h. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existem evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.
- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais

recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas Demonstrações Financeiras porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

j. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

k. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

l. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

m. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – CVM nº 199/2024, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

n. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	30.06.2025
Disponibilidade	277.579
Caixa	263.836
Disponibilidades em moeda estrangeira	13.743
Total	277.579

O montante de R\$ 277.579 em 30 de junho de 2025 refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.2025
Aplicações - Mercado Aberto	130.005
Posição bancada	130.005
Letras financeiras do tesouro	80.007
Notas do tesouro nacional	49.998
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	406.771
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	406.681
Perda esperada associada ao risco de crédito	(90)
Total	536.776

A posição bancada representa os Títulos Públicos comprados pelo Banpará nas operações compromissadas (CRV), os quais são revendidos obrigatoriamente no dia seguinte. Com base nesse entendimento, o Banpará em 30 de junho de 2025 executou perante contraparte compra com revenda (doação de recurso no mercado financeiro), recebendo como lastro NTN.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Posição bancada	6.513	14.764
Depósitos interfinanceiros	7.788	15.336
Total	14.301	30.100

As receitas provenientes de aplicações interfinanceiras de liquidez decorrem de operações compromissadas e depósitos interfinanceiros. A redução observada nessas receitas é atribuída à diminuição do excedente de caixa, à realocação de recurso para ativos com maior rentabilidade e à menor volume de recurso para aplicação em Depósito Interfinanceiro vinculado ao cumprimento da exigibilidade de direcionamento do recurso obrigatório no âmbito do crédito rural.

5. Títulos e Valores Mobiliários

a. Classificação por tipo de papel

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Títulos	30.06.2025		
	Custo	Ajuste de Valor Justo (PL)	Valor Justo
Livres	65.175	(237)	64.938
Letras do tesouro Nacional	7.839	(237)	7.602
Cotas de fundos de investimento em participações (a) (b)	57.336	-	57.336
Não circulante	65.175	(237)	64.938

(a) Foram designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes no início de vigência da Res. nº 4.966/21.

(b) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

Ativos financeiros a custo amortizado

Títulos	30.06.2025		
	Custo	Perda Esperada	Custo Amortizado
Livres	917.394	-	917.394
Letras Financeiras do Tesouro	893.980	-	893.980
CVS (c)	23.342	-	23.342
Bladex	72	-	72
Vinculados a operações compromissadas	732.643	-	732.643
Letras Financeiras do Tesouro	732.643	-	732.643
Vinculados ao Banco Central	108.157	-	108.157
Letras Financeiras do Tesouro	108.157	-	108.157
Total	1.758.194	-	1.758.194
Circulante	1.734.780	-	1.734.780
Não circulante	23.414	-	23.414

(c) Banpará mantém em sua carteira títulos de Certificados de Variação Salarial (CVS) emitidos pelo Tesouro Nacional como parte da securitização das dívidas remanescentes do Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS, provenientes da liquidação de contratos de financiamento habitacional. Estes títulos são mantidos na carteira bancária, ou seja, até o seu vencimento. Quanto à metodologia de marcação a mercado (MaM), o preço unitário (PU) de cada título é discriminado por tipo (A, B, C e D) e calculado mensalmente por meio do fluxo de caixa descontado, utilizando a curva de juros de cupom de Taxa Referencial (TR) como fator de desconto. Nesse contexto, entendemos que o ajuste a valor de mercado serve apenas como informação adicional, não sendo registrado nas Demonstrações Financeiras.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Títulos	30.06.2025		
	Custo	Ajuste de Valor Justo	Valor de Referência
Derivativos	149	-	149
Contratos de Câmbio - Venda de moeda estrangeira (d)	149	-	149
Não circulante	149	-	149

(d) O Banpará realiza operações de câmbio de venda de moeda estrangeira com seus clientes. Esses contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos.

b. Classificação dos títulos classificados como custo amortizado por vencimento

Títulos	Sem vencimento	Circulante		Não Circulante			30.06.2025	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Custo	Custo Amortizado
Custo Amortizado	72	252.518	269.324	593.055	643.225	-	1.758.194	1.758.194
Títulos públicos	-	252.518	269.324	569.713	643.225	-	1.734.780	1.734.780
Letras financeiras tesouro	-	252.518	269.324	569.713	643.225	-	1.734.780	1.734.780
Títulos públicos	-	-	-	23.342	-	-	23.342	23.342
CVS	-	-	-	23.342	-	-	23.342	23.342
Outros títulos de renda variável aplicado no exterior	72	-	-	-	-	-	72	72
Bladex	72	-	-	-	-	-	72	72
Total em 30.06.2025	72	252.518	269.324	593.055	643.225	-	1.758.194	1.758.194

Rendas com títulos e valores mobiliários:

Contas	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Resultado de títulos de renda fixa	65.109	105.271
Resultado de títulos de renda variável	2.954	2.945
Resultado de renda de fundos de investimento	(2.012)	-
Resultado de renda de títulos e valores mobiliários no exterior	31	45
Total	66.234	108.413

6. Relações Interfinanceiras

Contas	30.06.2025
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	9.472
Reserva em espécie - Conta de pagamento instantâneo (a)	122.639
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	169.568
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	392.385
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	52.576
(-) Provisão para perdas em títulos vinculados	-
Total	746.640
Circulante	694.064
Não circulante	52.576

(a) A reserva em espécie – Conta de pagamento instantâneo a partir da Res 4.966/21 foi desmembrado da conta de reservas compulsório em espécie – BACEN.

(b) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(c) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 52.576 em 30 de junho de 2025. Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. Operações de Crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	30.06.2025
Operações de crédito	15.139.257
Empréstimos e Títulos descontados	13.440.901
Financiamentos	216.115
Financiamentos rurais e agroindustriais	124.332
Financiamentos imobiliários	1.357.909
Outras Rubricas	191.004
Valores a receber relativos a transação de pagamento	118.024
Operações de câmbio	72.980
Total da carteira de crédito	15.330.261
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(553.759)
Provisão constituída	(552.652)
Outros Créditos	(1.107)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	14.776.502
Circulante	4.703.639
Não circulante	10.072.863

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	30.06.2025
Pessoa física	14.501.343
Consignados	11.090.276
Banparacard	1.239.264
Cheque especial	7.144
Cartão de crédito	193.402
Sazonais	159.198
Imobiliário	1.162.489
Outros	649.570
Pessoa jurídica	828.918
Cheque empresarial	3.113
Capital de giro	400.701
Imobiliário	196.595
Outros	228.509
Total	15.330.261

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30.06.2025
Parcelas vincendas	14.769.724	120.991	227.172	15.117.887
Até 30 dias	477.713	9.056	16.402	503.171
31 a 90 dias	573.653	9.283	15.737	598.673
91 a 180 dias	1.243.874	13.999	22.528	1.280.401
181 a 360 dias	1.750.411	19.359	32.447	1.802.217
Acima de 360 dias	10.724.073	69.294	140.058	10.933.425
Parcelas vencidas	17.534	30.873	163.967	212.374
Até 30 dias	17.534	5.411	11.932	34.877
31 a 90 dias	-	25.462	36.702	62.164
91 a 180 dias	-	-	62.868	62.868
181 a 360 dias	-	-	52.464	52.464
Acima de 360 dias	-	-	1	1
30.06.2025	14.787.258	151.864	391.139	15.330.261

d. Por setores de atividade

Setores	30.06.2025	
	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	13.020.325	84,92
Varejo - Pessoas Jurídicas	347.552	2,27
Rural - Pessoa Física e Jurídica	124.332	0,81
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	405.986	2,65
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	1.359.085	8,87
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	72.981	0,48
Total	15.330.261	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.06.2025	
	Valor	%
Principal devedor	54.876	0,36
10 seguintes maiores devedores	287.461	1,88
20 seguintes maiores devedores	231.716	1,51
50 seguintes maiores devedores	178.992	1,17
100 seguintes maiores devedores	141.464	0,92
Demais devedores	14.435.752	94,16
Total	15.330.261	100,00

f. Realocação entre estágios pela perda esperada

Carteira de Crédito - Consolidado

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.06.2025
Empréstimos e Títulos descontados	12.711.667	(136.455)	1.056.694	13.631.906
Financiamentos	243.143	(908)	(26.120)	216.115
Financiamentos rurais e agroindustriais	147.175	(3.794)	(19.050)	124.331
Financiamentos imobiliários	1.180.863	(30.772)	207.818	1.357.909
Total	14.282.848	(171.929)	1.219.342	15.330.261

Carteira de Crédito - Estágio 1

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.06.2025
Empréstimos e Títulos descontados	12.218.510	-	939.184	13.157.694
Financiamentos	228.289	-	(31.945)	196.344
Financiamentos rurais e agroindustriais	87.023	-	(338)	86.685
Financiamentos imobiliários	1.157.393	-	189.142	1.346.535
Total	13.691.215	-	1.096.042	14.787.258

Carteira de Crédito - Estágio 2

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.06.2025
Empréstimos e Títulos descontados	186.687	-	(54.311)	132.376
Financiamentos	9.927	-	(2.782)	7.145
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.896	-	2.343	5.239
Financiamentos imobiliários	14.052	-	(6.948)	7.104
Total	213.562	-	(61.698)	151.864

Carteira de Crédito - Estágio 3

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.06.2025
Empréstimos e Títulos descontados	306.470	(136.455)	171.821	341.836
Financiamentos	4.927	(908)	8.606	12.625
Financiamentos rurais e agroindustriais	57.255	(3.794)	(21.053)	32.408
Financiamentos imobiliários	9.418	(30.772)	25.624	4.270
Total	378.070	(171.929)	184.999	391.139

Provisão - Consolidado

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.06.2025
Empréstimos e Títulos descontados	382.161	(136.455)	222.279	467.985
Financiamentos	10.505	(908)	8.998	18.595
Financiamentos rurais e agroindustriais	42.371	(3.794)	(5.828)	32.749
Financiamentos imobiliários	38.282	(30.772)	26.920	34.430
Total	473.319	(171.929)	252.369	553.759

Provisão - Estágio 1

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.06.2025
Empréstimos e Títulos descontados	170.560	-	(16.888)	153.672
Financiamentos	5.872	-	(2.050)	3.822
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.384	-	(557)	1.827
Financiamentos imobiliários	30.126	-	(3.316)	26.810
Total	208.942		(22.811)	186.131

Provisão - Estágio 2

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.06.2025
Empréstimos e Títulos descontados	12.603	-	44.297	56.900
Financiamentos	1.361	-	2.871	4.232
Financiamentos rurais e agroindustriais	902	-	2.128	3.030
Financiamentos imobiliários	1.617	-	2.623	4.240
Total	16.483		51.919	68.402

Provisão - Estágio 3

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.06.2025
Empréstimos e Títulos descontados	198.998	(136.455)	194.871	257.414
Financiamentos	3.271	(908)	8.176	10.539
Financiamentos rurais e agroindustriais	39.086	(3.794)	(7.399)	27.893
Financiamentos imobiliários	6.539	(30.772)	27.613	3.380
Total	247.894	(171.929)	223.261	299.226

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	30.06.2025
Saldo no início do período	(470.027)
Ajustes da Res. 4.966/21	1.140
Provisões constituídas	(252.041)
Valores baixados ou compensados com créditos	168.276
Saldo final do período	(552.652)
Outros créditos - Saldo no início do período	(3.483)
Ajustes da Res. 4.966/21	(1.355)
Provisões constituídas	(10.258)
Reversões de provisões	12.854
Valores baixados ou compensados com créditos	1.135
Outros créditos - Saldo no final do período	(1.107)
Saldo final do período	(553.759)

7.3. Movimentação da carteira reestruturada

Contas	30.06.2025
Saldo no início do período	279.759
Renegociação	16.951
Recebimentos	(32.364)
Baixas	(12.205)
Saldo final do período	252.140
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(25.265)
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	10,02%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Adiantamento a depositante	35	74
Empréstimo	773.018	1.507.180
Financiamentos	5.750	10.460
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	16.390	31.486
Financiamentos rurais	5.407	11.145
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	35.047	66.802
Total	835.647	1.627.147

8. Outros Créditos

Contas	30.06.2025
Ativos Financeiros	316.852
Carteira de câmbio (a)	72.981
Créditos a receber	7.686
Devedores por depósitos em garantia (b)	118.071
Título e crédito a receber sem característica de concessão	90
Valores a receber a título de transações de pagamento (c)	118.024
Outros Ativos	445.557
Adiantamento e antecipações salariais	24.815
Adiantamento para pagamento	45.832
Imposto e contribuições a compensar	122.429
Pagamentos a ressarcir	3.077
Devedores diversos – País (d)	249.404
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(5.019)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(1.108)
Sem característica de concessão de crédito (e)	(3.911)
Circulante	757.390

(a) Ativos financeiros ao custo amortizado.

(b) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, conforme nota 16.

(c) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 118.024 em 30 de junho de 2025 e estão assim distribuídos:

Contas	30.06.2025
BANPARÁ Mastercard	118.024
Valores a faturar	19.298
Faturados a receber	39.882
Parcelado lojista a agendar bandeira	58.844
Total	118.024

(d) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 249.403 em 30 de junho de 2025, registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(e) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 3.911 em 30 de junho de 2025, conforme demonstrativo abaixo:

Contas	30.06.2025
Saldo no início do período	(7.999)
Provisões constituídas	(4.736)
Reversões de provisões	8.824
Saldo final do período	(3.911)

9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e equip. de uso	Sistema de comunicação	Sist. proc. dados e equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	41.294	59.074	27.428	10.726	123.082	15.192	171	276.967
Depreciação acumulada	-	(38.835)	(19.319)	(7.972)	(108.677)	(10.087)	(171)	(185.061)
Líquido 01.01.2025	41.294	20.239	8.109	2.754	14.405	5.105	-	91.906
Aquisições	33.934	-	2.010	-	1.266	441	-	37.651
Baixas custo	-	-	(15)	(1)	(43)	(16)	-	(75)
Baixas depreciação	-	-	12	-	43	12	-	67
Depreciação	-	(337)	(890)	(382)	(2.488)	(523)	-	(4.620)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação líquida	33.934	(337)	1.117	(383)	(1.222)	(86)	-	33.023
Custo	75.228	59.074	29.423	10.725	124.305	15.617	171	314.543
Depreciação acumulada	-	(39.172)	(20.197)	(8.354)	(111.122)	(10.598)	(171)	(189.614)
Líquido 30.06.2025	75.228	19.902	9.226	2.371	13.183	5.019	-	124.929

O Banco, buscando melhorias tecnológicas, vem investindo no seu intangível composto por softwares, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, por intangíveis em curso que representam os sistemas que se encontram em desenvolvimento e, como ainda não foram concluídos, não sofrem amortização, e por outros ativos intangíveis que se referem, em sua maioria, a termos de cooperação realizados junto ao Governo do Estado do Pará destinado a integração da infraestrutura para rede de comunicação de dados, voz e imagem e por não terem vida útil definida não sofrem amortização e, quando aplicável, os valores são ajustados ao valor recuperável (*impairment*).

Durante o 1º semestre de 2025 o Banco investiu o valor de R\$ 33.934 em um data center que se encontra em construção, valor registrado em imobilizado em curso.

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	242.585	38.015	3.000	13.854	297.454
Amortização acumulada	(106.063)	-	(2.625)	(19)	(108.707)
Líquido 01.01.2025	136.522	38.015	375	13.835	188.747
Aquisições	16.723	5.483	3.000	3	25.209
Baixas custo	(41.590)	-	-	-	(41.590)
Baixas amortização	41.590	-	-	-	41.590
Amortização	(23.662)	-	(375)	-	(24.037)
Transferências	10.057	(10.057)	-	-	-
Movimentação líquida	3.118	(4.574)	2.625	3	1.172
Custo	227.775	33.441	6.000	13.857	281.073
Amortização acumulada	(88.135)	-	(3.000)	(19)	(91.154)
Líquido 30.06.2025	139.640	33.441	3.000	13.838	189.919

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Em 30 de junho de 2025, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

Contas	30.06.2025
Circulante	10.034.360
Depósitos à vista	1.083.409
Depósitos do público	369.662
Depósitos de instituições financeiras	402
Depósitos vinculados	18.302
Depósitos de governo	695.043
Depósitos a prazo	6.536.386
Depósitos de poupança	1.994.574
Depósitos interfinanceiros	419.991
Não circulante	3.809.706
Depósitos a prazo	3.809.706
Total	13.844.066

O Banco mantém com o Banco Cooperativo SICOOB S.A. – SICOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2025
Sem vencimento	1.083.409	626	-	1.994.573	3.078.608
Até 30 dias	-	300.447	-	-	300.447
De 31 a 60 dias	-	245.798	-	-	245.798
De 61 a 90 dias	-	302.351	-	-	302.351
De 91 a 180 dias	-	1.500.192	-	-	1.500.192
De 181 a 360 dias	-	4.065.155	-	-	4.065.155
Acima de 360 dias	-	3.931.522	419.991	-	4.351.513
Total	1.083.409	10.346.091	419.991	1.994.573	13.844.064

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2025
Sociedades ligadas	561.713	4.580.358	-	-	5.142.071
Pessoas físicas	265.804	1.453.453	-	1.937.158	3.656.415
Invest. institucionais	-	2.006	-	-	2.006
Instituição financeira	402	269.982	-	-	270.384
Pessoas jurídicas	111.623	2.946.770	-	57.415	3.115.808
Governo municipal	137.073	1.093.522	-	-	1.230.595
Outros	6.794	-	419.991	-	426.785
Total	1.083.409	10.346.091	419.991	1.994.573	13.844.064

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	30.06.2025
Recompras a liquidar - Carteira própria	732.358
Total	732.358

e. Despesas de captação

	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Depósitos de poupança	(36.969)	(72.107)
Depósitos interfinanceiros	(13.377)	(26.554)
Depósitos a prazo	(257.766)	(476.488)
Depósitos judiciais	(1)	(2)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(25.965)	(48.254)
Letras financeiras	(40.132)	(74.967)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(4.128)	(8.061)
Total	(378.338)	(706.433)

O aumento das despesas de captação entre os anos comparados é devido ao crescimento das despesas médias dos depósitos remunerados, os quais foram influenciados pelos constantes aumentos da taxa básica de juros (SELIC).

11. Relações Interfinanceiras

	30.06.2025
Relações Interfinanceiras	
Transação de pagamento	138.040
Total	138.040

O montante de R\$ 138.040 em 30 de junho de 2025 refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

12. Emissão de Títulos

	30.06.2025
Circulante	527.875
Recursos de letras financeiras	527.875
Não circulante	1.154.605
Recursos de letras financeiras	1.154.605
Total	1.682.480

O montante de R\$ 1.682.480 em 30 de junho de 2025 refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco, cujas taxas variam entre 107% a 107,5% do CDI, com prazos entre 2 a 5 anos. Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	30.06.2025
Obrigações por Empréstimos e Repasses	
No exterior	66.083
No país	248.427
Total	314.510

O montante de R\$ 314.510 em 30 de junho de 2025 refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

As captações no exterior se referem às captações (*funding*) realizadas pelo Banco, com o objetivo de custear a concessão de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio Externo (ACE), oferecidos pela mesa primária às empresas que atendem aos requisitos para este tipo de crédito. A captação foi realizada a taxas médias de 7,0375% a.a. e com prazos variando entre 358 e 717 dias corridos, conforme os contratos estabelecidos. As captações no país

se referem a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	30.06.2025
Circulante	206.408
Provisão com pessoal	116.897
Provisão com PLR	21.341
Provisão para outras despesas administrativas	20.944
Passivo para risco – Trabalhista	10.157
Passivo para risco – Cível	26.368
Passivo para risco – Tributária	6.336
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	22
Outros	4.343
Não circulante	20.561
Passivo para risco – Trabalhista*	15.274
Passivo para risco – Cível*	5.287
Total	226.969

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	30.06.2025
Circulante	321.317
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	52.850
Sociais e estatutárias	576
Fiscais e previdenciárias	38.693
Obrigações por convênios	11.996
Obrigações por prestação de serviços	120.984
Credores por recursos a liberar	38.369
Credores diversos – País (a)	29.356
Obrigações por transações de pagamento	1
Valores a pagar em moeda estrangeira	10.014
Recursos do FGTS para amortização	718
Passivo Atuarial (b)	17.234
Outras obrigações	529
Total	321.320

(a) O montante de credores diversos composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 29.356 em 30 de junho de 2025.

(b) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre o déficit apurado na avaliação atuarial sobre o plano de saúde oferecido a empregados e ex-empregados do Banpará (Nota 19.2).

16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 25.431 em 30 de junho de 2025.

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua classificação são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 57.217 em 30 de junho de 2025 e as principais naturezas das ações são principalmente movidas por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 30 de junho de 2025 é R\$ 31.654.

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua classificação são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 172.949 em 30 de junho

de 2025 e as principais naturezas das ações são principalmente movidas por clientes solicitando indenização material e/ou moral acerca da prestação de serviços bancários.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 30 de junho de 2025 é R\$ 6.336.

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua classificação, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 26.780 em 30 de junho de 2025 e as principais naturezas das ações são advindas de discursões referente a tributos e contribuições.

Movimentação das provisões judiciais

Descrição/Período	30.06.2025		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias
No início do período	28.648	24.959	10.119
Atualização monetária	1.815	3.267	278
Constituições	604	5.350	-
Reversões	(3.987)	(780)	(4.061)
Pagamentos	(1.649)	(1.142)	-
No final do período	25.431	31.654	6.336
Dep. Judiciais	34.454	22.530	60.838

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	10.157	26.367	6.336	42.860
De 1 a 5 anos	15.274	5.287	-	20.561
Total	25.431	31.654	6.366	63.421

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.06.2025	
	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008
Administradores	16	0,000
Demais Acionistas	1.445	0,015
Total	9.521.649	100,000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.449	2.200	9.521.649	0,023

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

b. Reserva Legal e Estatutária

Conforme previsto na Lei n 6.404.76, antes de qualquer distribuição, é destinado 5% do lucro do Banco para constituição da reserva legal, que tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva estatutária é calculada em até 70% do lucro, conforme definido pelo estatuto social do Banco.

c. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto

Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

De acordo com a Política de Dividendos do Banpará, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo máximo, 40% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, no entanto durante o 1º Semestre de 2025 não foram distribuídos valores a título de juros sobre capital próprio.

18. Gestão de Risco Financeiros e de Capital

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e gerenciamento contínuo de capital, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Área de Gestão de Risco Financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas

Risco de crédito:

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

No processo de concessão o Banpará leva em consideração informações internas e externas, incluindo, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade dos controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, gestão de garantias, entre outros.

As provisões para perda esperada são reconhecidas, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagem estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo. Os mecanismos de cálculo da perda esperada são descritos abaixo, e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD): estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um determinado horizonte de tempo.
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD): exposição na data de inadimplência, considerando as alterações esperadas na exposição após a data base das informações trimestrais, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.
- Perda dada a inadimplência (*loss given default* - LGD): estimativa de perda originada no caso de inadimplência ocorrer em um determinado momento. Baseia-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. Geralmente, é expressa como uma porcentagem da EAD.
- Taxa de desconto: taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro ao seu valor contábil.
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, exceto quando o Banco tem o direito legal de liquidar antecipadamente.

As regras de mudança de estágio são determinadas conforme o comportamento histórico da carteira de produtos do Banpará e consideram:

De 1 para 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo.

Estágio 3: o ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando há um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal e encargos; ou se houver algum indicativo de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou colaterais.

Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de default é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas.

Por outro lado, em conformidade com o Art. 3º §5º, da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco adota o conceito de “cura de ativo problemático” como o período necessário para que uma operação, anteriormente classificada com aumento significativo do risco ou inadimplência, comprove a redução efetiva desse risco por meio de histórico de pagamentos regulares e ausência de novos eventos de inadimplência.

A Resolução CMN nº 2.682/99, que abordava os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi revogada com o início de vigência das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, que introduziram novos conceitos para a apuração das perdas associadas ao risco de crédito a partir de 1º de janeiro de 2025.

A transição de uma abordagem baseada em perda incorrida para o modelo de perda esperada representa uma mudança na forma de mensuração do risco de crédito, com maior sensibilidade à deterioração da qualidade das exposições e inclusão de cenários prospectivos. Como consequência, são observadas variações no nível de provisão registrado, em função da maior aderência à dinâmica de risco das operações.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do Patrimônio de Referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no índice de Basileia - IB e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pela Área de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos, pela Área de Gestão de Risco Financeiro, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- As políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;

- Plano de Capital, abrangendo o horizonte de cinco anos, cujo objetivo é avaliar se há necessidade de capital, para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta, considerando o Planejamento Estratégico do período, para isto, são verificados os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Órgão Regulador e o apetite ao risco definido na Declaração de Apetite por Riscos-RAS;
- Plano de Contingência de Capital, que estabelece um conjunto de ações e responsabilidades a serem adotados em situações de deficiência de capital, indicando as ações mitigadoras que recomponham o capital aos níveis aceitáveis;
- A Declaração de Apetite por Riscos – RAS, tem por objetivo definir os tipos de riscos e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos e os requisitos regulatórios;
- Programa de Testes de Estresse, que estabelece um conjunto de cenários e premissas de estresse que aplicados à Instituição permitem avaliar, de forma prospectiva, a capacidade de suportar perdas potenciais em situações extremas e adversas;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco – RWA e o risco de taxa de juros da carteira bancária por meio do IRRBB.

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o PR, 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido, é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.

Abaixo a tabela (valores em mil) resumo da composição do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia (IB) em:

Índice de Basileia	30.06.2025
Patrimônio de Referência - PR	2.045.983
Nível I	2.045.983
Capital principal	2.045.983
Capital social	1.881.601
Reservas de capital, reavaliação e de lucro	227.191
Sobras ou Lucros Acumulados	126.874
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	9
Ajustes prudenciais*	(189.919)
Ajustes Negativo Decorrente da Constituição de Perda Esperada	227
Ativos ponderados pelo risco - RWA	14.725.372
Exposição ao risco de crédito - RWACPAD	12.194.666
Exposição ao risco de crédito - RWAMPAD	26.977
Exposição ao risco de variação da taxa de juros prefixadas- RWAJUR1	12.247
Exposição ao risco de variação cambial - RWACAM	14.713
Exposição ao risco de variação qualidade creditícia contraparte RWACVA	17
Exposição ao risco operacional - RWAOPAD	2.503.729
IRRBB	292.671
Valor de margem sobre PR**	207.148
Índice de Basileia Banpará - IB	13,89%

* Os saldos das Contas de Resultado Devedoras, Ajustes Prudenciais (At. Intangível) e Perdas não Realizadas - De ajustes de Avaliação Patrimonial exceto Hedge de Fluxo de Caixa reduzem o valor de PR.

** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação (conta 953 do DLO).

Análise de resultado de capital no período

Em 30 de junho de 2025, o PR encerrou o 2º trimestre com R\$ 2.045.983, apresentando um aumento de 6,70%, impulsionado pelo resultado líquido do período.

O montante da parcela de RWA, em 30 de junho de 2025, totalizou R\$ 14.725.372 crescendo 15,85%. O aumento foi em decorrência do crescimento das parcelas RWACPAD em 9,73% e RWAOPAD em 59,22%, esta última, é decorrente da mudança de metodologia de cálculo indicada pela Resolução BCB nº 356/2023, que passou a vigorar partir da data-base de janeiro de 2025.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do

IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação de capital para o IRRBB é realizado verificando a margem sobre o PR, conforme conta 953 do Documento de Limites Operacional – DLO. No acompanhamento do IRRBB para 30 de junho de 2025 verificou-se uma redução de alocação de capital de 17,08% devido à queda da exposição do Δ NII, em virtude da classificação de Instrumentos Financeiros como Custo Amortizado - CA, conforme Resolução CMN nº 4.966/2021. Nesse contexto o Banpará apresenta margem sobre o PR de R\$ 207.148, alocando capital suficiente para cobrir os requerimentos mínimos de capital e o risco de taxas de juros da carteira bancária.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo essa Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como, o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Com objetivo de identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado, é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico, fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança.

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação	
Fator de Risco	30.06.2025
	Valor Exposto*
PRÉ	7.635
USD	2.874
Euro	2.474
Total	12.984

*Valor Exposto em mil: Ativo - Passivo

A exposição ao risco prefixado é atribuída a posse de títulos do tesouro nacional pré-fixados classificados na carteira de negociação. A exposição cambial advém dos saldos das moedas estrangeiras, dólar e euro, mantidas em espécie e de parte dos empréstimos em dólar que não estão *hedged*os.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

Cenário Provável:

- Os choques para a taxa de juros basearam-se na mediana das projeções para a taxa Selic que estará vigente no fechamento do 3º trimestre de 2025, divulgadas no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central e que haviam sido realizadas nos últimos cinco dias úteis anteriores ao dia 30 de junho de 2025. Nesta data, a expectativa do mercado era de manutenção da taxa Selic em 15%;
- Para o dólar, a expectativa dos analistas, conforme o mesmo sistema, é de que a cotação atinja R\$ 5,62 para o 3º trimestre de 2025;
- Para o euro, utilizando a correlação de Person da cotação em reais do par USD/EUR no intervalo de dois anos (0,9356), a cotação esperada é de R\$ 6,60.

Cenário Possível:

- Considerando o histórico da taxa Selic Meta nos últimos 2 anos, pode-se afirmar que, com um intervalo de confiança de 95%, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -234 bps e 274 bps. Desta forma, utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desfavorável ao (+274 pontos base);

- Analisando a variação da cotação do dólar para o mesmo período, com o mesmo intervalo de confiança, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -12,80% e +14,88%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais prejudicial ao Banpará (-12,80%);
- Para o euro, a variação trimestral esperada ficou entre -6,71% e +10,27%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desvantajoso ao Banpará (-6,71%).

Os cenários utilizados para as análises acima estão em conformidade com a Resolução CVM nº 121/2022.

Cenários	Fatores de risco			Variações na Posição	
	Taxa de juros	Moedas USD	Moedas EURO		
	2º Tri 2025	2º Tri 2025	2º Tri 2025	2º Tri 2025	% PR
Provável	-	86	68	154	0,01%
Possível	(349)	(367)	(167)	(883)	-0,04%

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, devido principalmente ao saldo exposto a flutuação cambial representar apenas 0,63% do total do PR do Banco.

Risco de liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e alterações posteriores e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente o cumprimento da legislação vigente, a capacidade de pagamento da Instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA), que possam ser prontamente convertidos em espécie quando necessário. Assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento da exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 (noventa) dias úteis, as quais permitem avaliar, frente aos limites mínimos de liquidez, possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Mensalmente, também é monitorado o Índice de Gap Médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias úteis, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações de crédito e financeiras. Os resultados são reportados aos Órgãos de Governança da Instituição, via relatórios mensais ou tempestivos, com o intuito de remeter situações que possam comprometer os índices e limites mínimos de liquidez.

No 1º semestre de 2025 os estoques de ativos de alta liquidez do Banpará permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, mantendo a capacidade financeira para honrar as obrigações esperadas e inesperadas.

Risco social, ambiental e climático:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da Instituição e a Gerência de Modelagem de Risco Social, Ambiental e Climático (GERAC), responsável por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade social, ambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a avaliação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes, bem como, o tipo de recurso direcionado a operação para a carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014 e nº 26/2023, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a área de risco, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das classificações geradas na concessão de crédito das operações com as maiores exposições ao RSAC, em conjunto com as agências de relacionamento.

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

a. Plano de contribuição definida – PREVRENDIA

O Banco do Estado do Pará - BANPARÁ patrocina o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA administrado e executado pelo ICATU - Fundo Multipatrocinado, estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD, sendo de contribuição definida com benefícios de risco na fase de captação (saldo projetado) e contribuição definida na fase de percepção dos benefícios.

O Plano é composto por contribuições do Patrocinador e dos Participantes na forma estabelecida pelo plano de custeio elaborado anualmente pelo ICATU-FMP), possuindo ainda como cobertura o Saldo contabilizado como Fundo Previdencial - Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

O Plano oferece os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Considerando a modalidade do Plano, este não apresenta os riscos de sobrevivência, investimentos, liquidez e de mercado, apenas o custeio dos benefícios de risco pelo Patrocinador.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33_R1, os Planos de Benefícios são segregados em Benefício Definido e Contribuição Definida. Assim sendo, abordamos a obrigação referente à parte BD do Plano (Estritamente ligado ao saldo projetado de contribuições em caso de invalidez ou morte do Participante Ativo).

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(3.165)	(217.891)	(221.056)
Ativo justo	4.802	217.891	222.693
(Déficit) / Superávit	1.637	-	1.637

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	59	3.051	3.110
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	59	3.051	3.110

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA na data base de 31 de maio de 2025, utilizada nesta Avaliação Atuarial.

Hipóteses atuarias e econômicas

Para fins de apuração da *Duration* do Passivo foram utilizadas as seguintes Hipóteses e Premissas Atuariais:

HIPÓTESES E PREMISSAS	
	30.06.2025
Posição dos dados	Mai-25
Elegibilidade	Primeira Elegibilidade
Regime Financeiro	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar	
Crescimento real de salários	1,50%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	7,05%
Taxa de Inflação projetada*	3,81%
Taxa anual de juros	11,13%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	11,13%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927/Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F

As Hipóteses e Premissas Atuariais são devidamente acompanhadas e monitoradas, sendo que essas foram submetidas a Estudos Técnicos de Aderência, restando aplicáveis e aderentes ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, em consonância com a legislação aplicável, categorizadas como habilitadas para a presente Avaliação Atuarial.

Considerando o valor da Duration calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 30 de junho de 2025, auferindo a Taxa Real de Juros em 7,05% ao ano, a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

Na data-base do estudo atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

	30.06.2025
Participantes ativos – com obrigação atuarial	
Quantidade	1.546
Idade média (anos)	46
Salário médio	14

Movimentação no valor do passivo

Descrição	30.06.2025
Passivo/Ativo reconhecido no início do período	-
Despesas do período (DRE)	139
Outros resultados abrangentes (ORA)	(81)
Contribuição do Patrocinador (CAIXA)	(58)

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial

Descrição	30.06.2025
Valor presente no início do exercício	2.959
Custo do serviço corrente	188
Custo de juros	195
Contribuição dos participantes do plano	-
Benefícios pagos	(224)
Perdas (ganhos) atuariais	48
Mudança de premissas (financeiras)	55
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-
Ajuste de experiência	(7)
Valor presente no final do exercício	3.165

Movimentação no valor do ativo justo

Descrição	30.06.2025
Valor justo dos ativos no início do exercício	(5.138)
Benefícios pagos	224
Contribuições de participante	(56)
Contribuições do empregador	(59)
Rendimento esperado dos ativos	(293)
Rendimento efetivo dos ativos	-
Impacto de redução/liquidação	-
Ganho/(Perda) sobre os ativos	(519)
Valor justo dos ativos ao final do exercício	(4.802)

Impacto em outros resultados abrangentes (ORA)

Descrição	30.06.2025
Ganhos/(perdas) sobre ativo justo	(519)
Ganhos/(perdas) sobre obrigação atuarial	(48)
Ganhos/(perdas) sobre obrigação atuarial	648
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	81

Impacto no resultado

Descrição	30.06.2025
Custo de serviço corrente líquido de contribuição	(139)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(188)
Rendimento esperado dos ativos	293
Custo de juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	(105)
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	(139)

Valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido

Outros resultados abrangentes - PL	30.06.2025
Saldo do início do exercício	(467)
Ganhos (Perdas) atuariais	81
Saldo no final do exercício	(386)

Ativos do plano de benefícios

Ativo	30.06.2025
Disponível	0,71%
Realizável	0,65%
Títulos Públicos	0,00%
Crédito Privados e Depósitos	0,00%
Fundos de Investimentos	98,64%
Operações com Participantes	0,00%
Imóveis	0,00%
Total dos investimentos	100,00%

Análise de sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	48	-1,53%
Redução de 0,25% a.a.	(50)	1,58%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	(117)	3,71%
Redução de 1 ano	104	-3,29%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 0,25% a.a.	49	1,53%
Redução de 0,25% a.a.	(47)	-1,49%

Fluxo esperado de pagamento de benefício pós emprego – Parte BD	
Até 1 ano	483
De 1 a 2 anos	468
De 2 a 5 anos	1.353
Superior a 5 Anos	10.159
Total	12.463

19.2 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O Plano de Saúde é custeado por contribuição média de cada beneficiário, independente da faixa-etária, que para fins de cálculo foi considerado o valor de R\$ 396,76 reajustado sempre fevereiro de cada ano, com base na sinistralidade de ambas as carteiras.

Os empregados que aderirem ao Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial autorizam a realização de desconto em contracheque de percentual incidente sobre a remuneração observados os seguintes percentuais:

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O BANPARA é responsável pelo pagamento da diferença cobrada em face das mensalidades e o desconto realizado aos participantes empregados. Os ex-empregados pagam integralmente as mensalidades cobradas pela UNIMED.

Considerando a permanência dos ex-empregados na mesma carteira, fica caracterizado o custo indireto a ser custeado pelo BANPARA e os atuais empregados, uma vez que o custo dos ex-empregados (idade elevada) é superior a mensalidade cobrada, sendo rateada entre todos.

Na data base desta Avaliação Atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

Descrição	30.06.2025
Empregados	
Quantidade	2.411
Idade média (anos)	44
Tempo de serviço (anos)	13
Ex-empregados	
Quantidade	87
Idade média (anos)	72
Dependentes (Ex-empregados)	
Quantidade	60
Idade média (anos)	58

Reconhecimento no passivo

Descrição	30.06.2025
Passivo/(Ativo) reconhecido no início do período	13.275
Despesa do período (DRE)	1.157
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	2.822
Contribuições do Patrocinador (CAIXA)	(19)
Passivo/(Ativo) reconhecido no final do período	17.235

Premissas atuárias

HIPÓTESES E PREMISSAS	
Descrição	30.06.2025
Posição dos dados	Mai-25
Elegibilidade	70 anos (ACT)
Regime Financeiro	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado – PUC
Composição familiar	60% com dependente vitalício; Homem 3 anos mais velho que a mulher
Taxa de rotatividade	0,075/(TS+1)
Taxa real anual de juros	6,97%
Taxa de Inflação projetada	4,89%
Taxa anual de juros	12,20%
Aging Factor	1,57%
HCCTR	6,00%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F

Movimentação da obrigação atuarial

Descrição	30.06.2025
Valor da Obrigação Atuarial no início do exercício	13.275
Benefícios pagos	(19)
Custo do serviço corrente líquido	350
Custo de Serviço Passado	-
Custo dos juros líquidos	807
Efeito do Compartilhamento de risco	-
Contribuições do Patrocinador	-
Contribuições dos Ex-empregados	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	2.822
Valor da Obrigação Atuarial ao final do exercício	17.235

Reconhecimento em outros resultados abrangentes

Descrição	30.06.2025
(Ganhos)/Perdas sobre o Ativo Justo	-
(Ganhos)/Perdas sobre a Obrigação Atuarial	2.822
- (Ganhos)/Perdas decorrentes da Experiência	1.401
- (Ganhos)/Perdas decorrentes de mudança biométricas	-
- (Ganhos)/Perdas decorrentes de mudança financeira	1.421
Total a ser reconhecido	2.822

Reconhecimento no patrimônio líquido

Descrição	30.06.2025
Custo do Serviço Corrente Líquido	350
- Custo do Serviço Corrente	644
- Contribuição do Participante	(294)
Custo de Juros Líquidos	807
- Custo de Juros da Obrigação	1.484
- Receita de Juros dos Ativos	-
- Juros sobre o Compartilhamento	(677)
Total a ser reconhecido	1.157

Análise de Sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	984	-5,71%
Redução de 0,25% a.a.	(1.069)	6,20%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	1.518	-8,81%
Redução de 1 ano	(1.622)	9,41%
Aging Factor		
Aumento de 0,25% a.a.	3.480	20,19%
Redução de 0,25% a.a.	(3.373)	-19,57%

Fluxo esperado de pagamento de benefício pós emprego – Parte BD	
Até 1 ano	104
De 1 a 2 anos	288
De 2 a 5 anos	1.555
Superior a 5 Anos	307.418
Total	309.365

Reconhecimento no patrimônio líquido projetado

Descrição	31.12.2025	30.06.2025	31.12.2024
Custo do Serviço Corrente Líquido	359	350	172
- Custo do Serviço Corrente	359	350	172
- Contribuição do Participante	-	-	-
Custo de Juros Líquidos	1.101	807	445
- Custo de Juros da Obrigação	1.101	807	445
- Receita de Juros dos Ativos	-	-	-
- Juros sobre o Compartilhamento	-	-	-
Total a ser reconhecido	1.460	1.157	617

20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.06.2025
Estado do Pará	5.142.071
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	561.713
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	4.580.358
ICATU FMP	163
Depósitos à vista	163

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês Estatutários, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e participações dos administradores	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Remuneração	881	1.781
Pessoal chave da administração	521	1.060
Outras partes relacionadas	360	721
Participação nos lucros e resultados	(26)	246
Pessoal chave da administração	(26)	246

O Banco não oferece benefícios pós-emprego à pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Descrição	30.06.2025
Pessoal chave da administração	2.319
Outras partes relacionadas	2.602
Total	4.921

Em 30 de junho de 2025 o Banco possui o valor total era de R\$ 4.921 em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 30 de junho de 2025, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 16 ações.

21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 30 de junho de 2025 é de R\$ 259.931.

22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	2º Tri 2025		01.01 até 30.06.2025	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Receita Bruta	1.182.050	1.182.050	3.637.049	3.637.049
(-) Exclusão Receita Bruta	(575.200)	(575.200)	(2.422.300)	(2.422.300)
Base de Presunção	606.850	606.850	1.214.749	1.214.749
Alíquota de Presunção	32%	16%	32%	16%
Resultado antes da tributação	194.192	97.096	388.720	194.360
Acréscimos Legais	6.410	6.410	9.261	9.261
Base de cálculo	200.602	103.506	397.981	203.621
Alíquota normal (15% e 20%)	40.120	15.526	79.596	30.543
Adicional do imposto de renda (10%)	-	10.345	-	20.350
IR e CSLL devidos	40.120	25.871	79.596	50.893
Programa de alimentação ao trabalhador	-	(776)	-	(1.527)
Prorrogação da licença maternidade	-	(169)	-	(400)
IR e CSLL a Pagar	40.120	24.926	79.596	48.966

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% incidente sobre o lucro excedente a R\$ 20.000,00 mensais. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras e equiparadas é calculada a alíquota de 20% a partir de março de 2020 por conta da Emenda Constitucional nº 103 promulgada em novembro de 2019.

a. Impostos Correntes

Em razão de problemas operacionais para adequação à Resolução CMN nº 4.966/2021 o Banco optou pelo pagamento de IRPJ e CSLL do período sobre a base de cálculo estimada em conformidade IN RFB nº 1.700/2017 com conforme demonstrado acima.

A partir de dezembro de 2023 o Banpará passou a deduzir 5% do cálculo do IRPJ nos termos da Lei nº 6.321/76 em decorrência de ação judicial, protocolada junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região

b. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O tratamento tributário das perdas incorridas no recebimento de créditos era exclusivamente regulamentado pela Lei nº 9.430/96. Sob esse regime, as perdas de todas as pessoas jurídicas, incluindo as instituições financeiras, eram tratadas de forma indistinta, gerando um significativo descasamento entre o tratamento contábil, regido pela Resolução 2.682, e o tratamento tributário. Esse desalinhamento resultava em um expressivo volume de ativos fiscais diferidos, autuações frequentes e altos custos de conformidade.

Com a edição da Resolução CMN nº 4.966/2021 e, posteriormente, da Resolução BCB nº 352/2023, além da Lei nº 14.467/2022, houve uma reformulação no tratamento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, buscando maior convergência com padrões internacionais e as recomendações de Basileia III. Essas normas introduzem um regime específico que permite a dedução progressiva das perdas incorridas, com base em critérios como inadimplência de 90 dias e os fatores de provisionamento A e B, estabelecidos pela Lei nº 14.467/2022.

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 459.289 relativo às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, desvalorização de créditos vinculados, benefício pós emprego e Aplicação Liquidez e TVM, ativadas de 2014 a junho de 2025, sendo o total decorrente da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado, a partir de 2025, com base dedução fiscal no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social conforme os critérios estabelecidos pela Lei 14.467/2022 que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação até 30 de junho de 2025:

Créditos tributários	01.01.2025	30.06.2025		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	192.797	69.648	(7.285)	255.160
Diferença temporária - CSLL	154.238	55.719	(5.828)	204.129
Total	347.035	125.367	(13.113)	459.289

Em 30 de junho de 2025, o Banco possui ativado o montante de R\$ 459.289 de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, desvalorização de créditos vinculados, benefício pós emprego e Aplicação Liquidez e TVM.

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem pelo CMN.

Créditos tributários	01.01.2025	30.06.2025		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	299.562	114.763	-	414.325
Diferença Temporária - Trabalhista	12.892	1.088	(2.536)	11.444
Diferença Temporária - Prov. outros créditos	5.177	922	(3.441)	2.658
Diferença Temporária - Prov. licença prêmio	11.472	3.148	(5.905)	8.715
Diferença Temporária - Prov. Cíveis - IR	11.231	3.878	(865)	14.244
Diferença Temporária - Marcação de Mercado	-	178	(71)	107
Diferença Temporária - Desv. cred. vinculado	229	-	(228)	1
Diferença Temporária - Benefício pós-emprego	6.472	1.283	-	7.755
Diferença Temporária - Aplic de Liquidez e TVM	-	107	(67)	40
Total	347.035	125.367	(13.113)	459.289

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, desvalorização de créditos vinculados, benefício pós emprego e Aplicação Liquidez e TVM.

Projeção de realização	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2034	Total
Crédito tributário de I.R	(41.336)	(38.019)	(34.447)	(30.874)	(27.302)	(83.183)	(255.161)
Crédito tributário de C. social	(33.069)	(30.415)	(27.557)	(24.700)	(21.842)	(66.545)	(204.128)
Total dos créditos	(74.405)	(68.434)	(62.004)	(55.574)	(49.144)	(149.728)	(459.289)
Taxa média de captação a.a. (%)	7,07	13,98	21,29	29,08	37,43	88,79	
Valor presente do crédito tributário	(69.492)	(60.040)	(51.116)	(43.051)	(35.757)	(92.878)	(352.334)

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2025 totalizavam R\$ 3.654. Em 30 de junho de 2025, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	01.01.2025		30.06.2025				
	Saldo	Ativo fiscal diferido	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	10.119	4.554	(4.061)	278	-	6.336	2.851
Provisão para outros valores e bens	1.800	810	(17)	-	-	1.783	803
Total das adições temporárias	11.919	5.364	(4.078)	278	-	8.119	3.654

d. Passivos fiscais diferidos

Em 30 de junho de 2025 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 9.316 relativos a atualização de depósitos tributários federais.

Contas	01.01.2025	Constituição	Realização/Baixa	30.06.2025
Diferença Temporária - IRPJ	699	610	(1.309)	-
Diferença Temporária - CSLL	5.321	3.995	-	9.316
Total	6.020	4.605	(1.309)	9.316

23 Outras Receitas e Despesas

23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Recuperação de encargos e despesas	192	308
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	-	-
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	5.013	13.124
Reversão de provisões passivas*	9.778	11.618
Atualização de valores ativos	6	11
Atualização de depósitos judiciais	2.138	4.273
Variação cambial e diferença de taxas	5.367	11.796
Créditos oriundos de decisões transitadas em julgado	293	656
Outros	3.693	6.182
Total	26.480	47.968

* Provisões de contingências judiciais (cível, trabalhista e tributária).

Outras despesas operacionais	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Serviços associados a transações de pagamento	(884)	(1.740)
Desc. concedidos em renegociações	(310)	(623)
Variação cambial e diferença de taxas	(118)	(238)
Estorno de rendas	-	(9)
Provisões passivas*	(5.663)	(11.314)
Provisão de outros créditos em liquidação	-	-
Ações cíveis	(1.519)	(2.379)
Outras ações	(2.375)	(2.375)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(3.720)	(5.129)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	-
Licença prêmio	(2.587)	(6.996)
Pós Emprego - Plano de Saúde	-	-
Outros	(363)	(735)
Total	(17.539)	(31.538)

* Provisões de contingências judiciais (cível, trabalhista e tributária).

23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Insubsistências passivas	1.759	1.770
Superveniências ativas	617	643
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	-	29
Outras receitas	177	194
Insubsistências ativas	(2.440)	(2.451)
Superveniências passivas	(1.110)	(1.110)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(170)	(283)
Prejuízo na alienação de ativo não financeiro	(108)	(108)
Erro Sistemico	(3)	(23)
Outras despesas	(47)	(78)
Total	(1.325)	(1.417)

23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Rendas por serviços de pagamento	4.089	8.039
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	1.030	2.021
Rendas de cobrança	107	236
Rendas de pacotes de serviços - PF	32.334	60.539
Rendas de serviços diferenciados - PF	574	1.035
Rendas de serviços especiais - PF	658	1.195
Rendas de convênios	728	1.397
Rendas de comissão de seguros e outros	6.454	12.639
Rendas de outros serviços	1.043	1.932
Total	47.017	89.033

23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Fornecimento de 2ª via de cartão	4	5
Saque de conta depósito à vista e poupança	767	1.567
Transferência por meio de DOC/TED	450	876
Concessão de adiantamento e depositante	143	283
Anuidade cartão de crédito	4.181	8.372
Pacote de serviço	2.819	5.409
Fornecimento de folha de cheque	31	70
Operações de crédito	17	30
Manutenção de conta ativa	120	321
Convênios	2.484	5.390
Outras rendas	119	237
Total	11.135	22.560

23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Honorários	(881)	(1.781)
Encargos sociais	(41.005)	(85.745)
Benefícios	(34.420)	(69.168)
Proventos*	(122.801)	(248.565)
Remuneração de estagiários	(982)	(1.615)
Treinamento	(1.868)	(3.152)
Total	(201.957)	(410.026)

23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Água e energia	(4.048)	(7.731)
Aluguéis	(11.171)	(22.289)
Comunicações	(8.434)	(16.687)
Contribuições filantrópicas	(216)	(429)
Manutenção e conservação de bens	(12.590)	(23.454)
Material	(489)	(855)
Processamento de dados	(33.843)	(71.884)
Promoções e relações públicas	(4.829)	(9.017)
Propaganda e publicidade	(14.626)	(22.550)
Publicação	(115)	(1.484)
Seguro	(151)	(300)
Serviços do sistema financeiro	(8.104)	(16.451)
Serviços de terceiros	(3.440)	(5.888)
Serviços de vigilância	(22.842)	(44.640)
Serviços técnicos especializados	(4.693)	(7.391)
Transportes	(7.930)	(18.236)
Viagens	(85)	(335)
Multas aplicadas	(1.413)	(1.413)
Outras despesas administrativas	(2.214)	(4.447)
Amortização	(11.308)	(24.037)
Depreciação	(2.339)	(4.622)
Total	(154.880)	(304.140)

23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	2º Tri 2025	01.01 até 30.06.2025
Outras despesas tributárias	(628)	(1.960)
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(2.905)	(5.569)
Contribuição ao COFINS	(24.113)	(47.530)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.919)	(7.724)
Total	(31.565)	(62.783)

24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 10,88%, e o IPCA projetado* para os próximos 12 meses de 5,44%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 30.06.2025	Cenário provável (10,88%)	Cenário possível - estresse 25% (13,60%)	Cenário remoto - estresse 50% (16,32%)
Títulos e valores mobiliários	1.758.343	(191.308)	(239.135)	(286.962)
Operação - IPCA	Base 30.06.2025	Cenário provável (5,44%)	Cenário possível - estresse 25% (6,80%)	Cenário remoto - estresse 50% (8,16%)
Provisão para contingências	63.444	(3.451)	(4.314)	(5.177)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 06/06/2025.

25. Outras Informações

25.1 Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 30 de junho de 2025, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25.2 Eventos Subsequentes

O Banco do Estado do Pará realizou em 30 de julho de 2025 a captação de R\$ 200.000 por meio da emissão de 4 (quatro) Letras Financeiras Subordinadas Nível II, com o objetivo de compor seu Patrimônio de Referência.

25.3 Processo de aprimoramento da estrutura de Governança, Controles Internos e *Compliance*.

Com o propósito de fortalecer a estrutura de Controles Internos e *Compliance*, o Banco revisou e implementou diversas iniciativas voltadas ao aprimoramento de processos e à melhoria da governança corporativa. Dentre as principais medidas, destacam-se:

- Resultado da Avaliação de Efetividade de PLD: O relatório apresentou uma avaliação da efetividade dos controles voltados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, em conformidade com a regulamentação vigente e as boas práticas de governança. O trabalho considerou análises e testes (quantitativos e qualitativos) realizados com base na Avaliação de Efetividade de PLD-FT (Base 2024), cujos resultados evidenciaram a eficácia de controles específicos associados à prevenção desses riscos.
- Acompanhamento dos resultados da Avaliação de Efetividade (Base 2024): O relatório contemplou a análise das deficiências identificadas, considerando as manifestações da área de PLD, os apontamentos já atendidos e os planos de ação em andamento para os casos ainda em aberto.
- Conclusão do Relatório de Custódia de Valores Mobiliários: O documento apresentou as informações relativas à custódia de valores mobiliários mantidos pelo Banco, em conformidade com a regulamentação e com a autorização da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para prestação de serviços de custódia, abrangendo atividades de guarda, conservação, controle e conciliação desses ativos.
- Preparatório para Certificação FBB 800 – Controles Internos: A iniciativa visou o desenvolvimento de competências e habilidades do corpo funcional, promovendo a capacitação e o aprimoramento dos conhecimentos já existentes na área. Participaram da preparação os 04 analistas que ainda não possuíam a certificação.
- Atualização de procedimentos voltados a Prevenção a Lavagem de Dinheiro: Foram estabelecidos e normatizados procedimentos destinados aos Leiloeiros no manual de normas e procedimentos de conheça seu funcionário, parceiro, fornecedor e prestador de serviços terceirizados.
- Relatório Anual de Conformidade (2024): Em conformidade com a Resolução nº 4.595/2017 do Banco Central do Brasil, o Banpará apresentou seu Relatório Anual de Conformidade referente ao exercício de 2024. O documento consolida as atividades da função de *compliance*, com ênfase na avaliação de riscos regulatórios, monitoramento de indicadores, recomendações e ações voltadas ao aprimoramento dos controles internos. A iniciativa reafirma o compromisso

institucional com a integridade, segurança regulatória e as melhores práticas de governança corporativa.

- Ações voltados a integridade Divulgação da cartilha do programa de integridade a todas as unidades da instituição, conforme boas práticas previstas no Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais.

As iniciativas implementadas ao longo do período demonstram o compromisso contínuo da instituição com a integridade corporativa, prevenção à lavagem de dinheiro, controles internos e a conformidade regulatória. O aprimoramento dos processos, aliado à capacitação dos colaboradores e à adoção de metodologias mais eficazes, reforça a solidez da governança corporativa e a mitigação de riscos. Dessa forma, o Banco segue fortalecendo sua cultura de *compliance*, assegurando maior transparência e confiabilidade em suas operações e consolidando sua posição no mercado com responsabilidade e integridade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

EM 30 DE JUNHO DE 2025
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banpará"; "Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação, nas demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução no. 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução no. 352 do Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre encerrado em 30 de junho de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – adoção da Res. CMN 4.966/21

Por que é um PAA?

A entrada em vigor da Res. CMN 4.966/21, a partir de 1º de janeiro de 2025, gerou alterações significativas em critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, especialmente com relação à apuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.1(c), 7.1 (f), 7.2, 7.3 e 18 às demonstrações financeiras, o Banpará implementou políticas e processos que consideram a classificação dos instrumentos financeiros por estágios de risco de crédito, envolvendo expectativas de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, incluindo informações prospectivas sobre a volatilidade esperada do risco de crédito, dentre outros critérios requeridos pela norma.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras e pelo fato da adoção de estimativas e julgamentos por parte da Administração para mensuração e constituição da provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Os procedimentos de auditoria incluíram os resumidos abaixo, entre outros: (a) entendimento e análise, com apoio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, das políticas e critérios definidos pelo Banco para atendimento à Res. CMN 4.966/21; (b) entendimento e testes, com apoio de nossos especialistas em auditoria de sistemas, do desenho e da efetividade de certos controles implementados relativamente ao processo de apuração da provisão; (c) análises e testes dos critérios de provisionamento, incluindo o modelo adotado, o processo de agravamento de riscos e definição de perdas e recuperações, análise de garantias, atrasos, alocação em estágios e demais condições previstas na Res. CMN 4.966/21; (d) testes substantivos, em base amostral, sobre entrada de dados e inspeção de documentação; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para perdas de crédito esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com os parâmetros da Res. CMN 4.966/21, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.1 (i), 14 e 16 às demonstrações financeiras, o Banpará é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A atribuição do prognóstico de perda dos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da Administração do Banco, e levam em consideração aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros, apesar da incerteza inerente a prazos e desfechos.

Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) obtenção de cartas de confirmação das demandas diretamente com os assessores jurídicos externos e internos e confronto dos prognósticos de perdas e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis; (c) inspeção da documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; (d) avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados nos casos massificados; (e) apoio de nossos especialistas tributários na avaliação de temas relevantes, prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas; e (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

3. Ambiente de tecnologia da informação

Por que é um PAA?

As operações do Banpará são dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e seus sistemas, capazes de suportar um elevado volume de transações processadas diariamente para fins de integração aos seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, possuem riscos comuns relacionados à segurança, ao processamento e à geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Devido à importância do ambiente geral de tecnologia no contexto das operações do Banpará e, consequentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes críticos que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banpará.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração do Banco, foram identificadas deficiências relevantes no ambiente de tecnologia relacionadas à governança sobre gestão de acessos a sistemas, gestão de interfaces e gestão de mudanças. Como consequência, consideramos esse aspecto em nosso planejamento de auditoria para determinados sistemas, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os saldos contábeis, de modo a obtermos evidências adicionais de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

4. Estrutura de governança sobre o processo de apuração de denúncias

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25.2 às demonstrações financeiras, a Administração do Banco revisou e implementou várias medidas para aprimoramento da estrutura de governança, controles internos e *compliance* do Banco abrangendo também o acompanhamento e endereçamento de denúncias incluindo análises internas sobre procedência e determinação de investigações.

Devido à importância dessa estrutura de governança para o cumprimento das leis e regulamentos no contexto das operações do Banpará e, conseqüentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento, avaliação e testes do novo ambiente geral de apuração de ocorrências; (b) testes, em base amostral, com apoio de nossos especialistas de auditoria forense, sobre ocorrências apresentadas em canal de denúncias; (c) entrevistas com Comitê de Ética, auditoria interna e área de compliance sobre análises e investigações em andamento; (d) revisão das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que a estrutura de governança sobre o processo de apuração de denúncias implementada está aceitável no contexto do cumprimento de leis e regulamentos e para fins de eventuais registros nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banpará, e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banpará. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Forvis Mazars
Av. Trindade, 254 - Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 29 de agosto de 2025

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA

Assinado por:

C22A2918F3EF48E
Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Parecer e Declarações

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do 2º trimestre e as Demonstrações Financeiras do 1º semestre findo em 30 de junho de 2025 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 07 de agosto de 2025.

Diretoria Colegiada

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do 2º trimestre e as Demonstrações Financeiras do 1º semestre findo em 30 de junho de 2025 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 07 de agosto de 2025.

Diretoria Colegiada

Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário

APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário do Banco do Estado do Pará S.A. (Coaud) é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, atuando com independência em relação à Diretoria da Instituição, composto por três membros independentes, sendo o Coordenador membro independente do Conselho de Administração. Suas atribuições estão previstas na Lei nº 13.303/2016, na Resolução CMN nº 4.910/2021, na Resolução CVM nº 23/2021, no Estatuto Social do Banpará e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desempenhadas pelo Coaud ao longo do semestre estão de acordo com o Plano Anual de Trabalho 2025 do órgão e registradas por meio de atas de reuniões que, trimestralmente, são disponibilizadas ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, e estão publicadas, na forma de extratos, disponíveis no site de Relações com Investidores do Banpará: <https://ri.banpara.b.br/>.

Durante o 1º semestre de 2025, o Comitê reuniu-se 11 (onze) vezes, sendo 04 (quatro) sessões ordinárias, contemplando 10 (dez) pautas, e 07 (sete) sessões extraordinárias, com 08 (oito) pautas, totalizando 18 (dezoito) pautas.

Nesse período, foram analisados e/ou monitorados assuntos pertinentes às suas atribuições concernentes à contabilidade, exposição ao risco, ouvidoria, auditoria interna, auditoria independente, recomendações à Diretoria do Banco, controles internos, cálculo atuarial e transações com partes relacionadas.

Ressalta-se que as análises do Comitê foram efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Independente, da Auditoria Interna, da Superintendência de Compliance, Controle, Integridade e Regulação (Sucor), da Superintendência de Gestão de Risco Financeiro (Suris), da Superintendência de Gestão de Risco Operacional, Socioambiental e Climático (Suros), da Superintendência de Contabilidade, Orçamento e Controladoria (Sucon) e da Superintendência de Governança em TI (Sugot).

Destaca-se que foram revisadas, previamente às suas publicações, as Demonstrações Financeiras do Banpará, incluindo as Notas Explicativas, os Relatórios da Administração e os Relatórios dos Auditores Independentes.

Cumpre esclarecer, também, que o Coaud dispõe de canal próprio no site da Instituição para receber denúncias sigilosas, internas e externas, relacionadas ao escopo de suas atividades.

CONCLUSÕES

Com base nas atividades desenvolvidas durante o 1º semestre de 2025, o Coaud entende ter desempenhado as suas funções estatutárias, contribuído para o aprimoramento do processo de governança corporativa do Banpará e atendido às finalidades de sua competência como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, concluindo que:

- a) Não chegou ao conhecimento do Comitê, até o fechamento desse relatório, a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que possam colocar em risco a continuidade da Instituição;
- b) Não foi evidenciado a existência de divergências entre a Auditoria Independente e a Administração referente às Demonstrações Financeiras mencionadas;
- c) Os controles internos estabelecidos pelo Banpará estão adequados ao porte e à complexidade dos processos de negócios da Instituição, devendo o tema ser objeto de acompanhamento periódico pela Administração;
- d) Os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente foram satisfatórios, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a qualidade, a efetividade e a independência da atuação dos auditores no Banco;
- e) As transações com Partes Relacionadas estão aderentes aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas do Banpará;

- f) As exposições ao risco, incluindo os riscos de TI, vêm sendo devidamente gerenciadas pelas áreas envolvidas permitindo o acompanhamento adequado;
- g) A metodologia aplicada e os resultados atuariais auferidos no Plano de Contribuição do Benefício Pós Emprego e no Plano de Saúde estão adequadamente refletidos nas Demonstrações Financeiras do período;
- h) Diante do que foi avaliado, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, as Demonstrações Financeiras do 1º semestre findo em 30 de junho de 2025 do Banco do Estado do Pará S.A., foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado, recomendando, assim, a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém, 12 de agosto de 2025.

Comitê de Auditoria Estatutário

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A., no uso de suas atribuições, legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do 2º trimestre e as Demonstrações Financeiras do 1º semestre findo em 30 de junho de 2025. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos recebidos no decorrer do período, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e a Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos refletem a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Belém, 13 de agosto de 2025.

Conselho Fiscal

Conselho de Administração	Diretoria Colegiada	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário
Genyce Pires de Amorim Presidente	Ruth Pimentel Mélo Diretora-Presidente	Adler Gerciley Almeida da Silveira Presidente	Sergio Roberto Ribeiro Maciel Coordenador
Ruth Pimentel Mélo Membro	Paulo Roberto Arévalo Barros Filho Diretor	José Pinto Marinho Membro	Maria Luiza Silva Nascimento Membro
Lucy Alvares Anaisse Membro	Vando Vagner Soares Ferreira Diretor	René de Oliveira e Sousa Junior Membro	Rosiomar Santos Pessoa Membro
Igor Barbosa Gonçalves Membro	Igor Barbosa Gonçalves Diretor		
Elias Thiago Gonçalves Lima Membro	Graciele Silva de Sousa Galvão Diretora		
Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Membro	Amanda da Silva Soares Diretora		
Raimundo Benedito Pinheiro Membro Independente			
Sergio Roberto Ribeiro Maciel Membro Independente			

Silas Dias Vasconcelos Rodrigues
Contador CRC (PA) nº 15.602/O-3

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

AV. PRESIDENTE VARGAS, 251 – 5º ANDAR
BELÉM PARÁ

Superintendência de Contabilidade, Orçamento e Controladoria - SUCON

Telefone: (91) 3348-3230

SAC: 0800-280-6605

Ouvidoria: 0800-280-9040

